

ontraponto

JORNAL LABORATÓRIO DO CURSO DE JORNALISMO

Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes – PUC-SP

ANO 26 Nº 149
Setembro/Outubro 2026



Editorial

Em um quarteirão de Perdizes está localizada uma das mais tradicionais faculdades de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica. No dia 22 de setembro, a instituição comemorou seus 80 anos, porém, a festividade não se trata apenas de uma celebração, e sim da reafirmação da democracia brasileira. Há exatos 49 anos, dia 22 de setembro de 1977, a PUC passava por um dos episódios mais brutais e violentos de São Paulo. O coronel Erasmo Dias, para censurar o terceiro Encontro Nacional dos Estudantes (III ENE), invadiu a universidade com bombas de gás e tropas de choque com o simples objetivo de prender estudantes e professores.

Quase cinco décadas depois, ao invés de armas, a pressão sobre as universidades se deu de outra forma. Além de discursos de deslegitimação do ensino superior e da ascensão da extrema-direita entre os jovens, o Brasil passou por um evento similar ao de 64, uma tentativa de golpe de Estado, realizada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Esta conjuntura só demonstra a relevância e necessidade de uma instituição que luta pela sociedade e tem uma tradição incrustada na resistência.

Segundo o site oficial da faculdade, a sua essência vai além da qualidade acadêmica, ela promove uma constante preocupação social. Embora existam diversos problemas internos, a PUC mantém tradições que honram o seu legado. Além das entradas serem de livre acesso, sem catracas como em outras faculdades, o corpo discente continua lutando e reivindicando direitos dentro e fora da universidade.

O próprio evento de comemoração representa as “portas abertas” para a comunidade. Trazer nomes relevantes da cultura brasileira e disponibilizar gratuitamente ingressos promove a integração com os moradores locais e exemplifica a relevância da universidade no cenário brasileiro.

Onde antes havia tanques e tropas de choque, hoje há estudantes, moradores e artistas livres para ocupar o mesmo espaço. Prova de que a democracia, mesmo que fragilizada, resistiu, graças à luta dos que vieram antes.

*Os textos publicados nesta edição não refletem necessariamente a opinião de todo o corpo editorial do **Jornal Contraponto**. As reportagens são laboratoriais, produzidas por estudantes do curso de Jornalismo da PUC-SP, e visam estimular o debate sobre os assuntos mais relevantes da conjuntura nacional e mundial.*

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUC-SP)

Reitor Prof. Dr. Vidal Serrano Nunes Júnior
Vice-Reitora Profa. Dra. Carla Reis Longhi
Pró-Reitor de Pós-Graduação Prof. Dr. Antonio José Romera Valverde
Pró-Reitor de Graduação Prof. Dr. Flávio Mesquita Saraiva
Pró-Reitora de Planejamento e Avaliação Acadêmicos Prof. Dra. Mônica Muniz Pinto de Carvalho
Pró-Reitor de Educação Continuada Prof. Dr. Paulo Sérgio Feuz
Pró-Reitora de Cultura e Relações Comunitárias Profa. Dra. Myrthânia de Souza Cruz
Chefe de Gabinete Dr. Leonardo Florencio de Carvalho

FACULDADE DE FILOSOFIA, COMUNICAÇÃO, LETRAS E ARTES (FAFICLA)

Diretor Prof. Dr. Fabio Cypriano
Diretora Adjunta Profa. Dra. Diana Navas
Chefe do Departamento de Comunicação Prof. Dr. Alécio Rossi Filho
Vice-chefe do Departamento de Comunicação Profa. Dra. Vânia Penafieri de Farias
Coordenador do Curso de Jornalismo Prof. Dr. Fábio Fernandes da Silva
Vice-coordenadora do Curso de Jornalismo Profa. Dra. Vanessa de Souza Oliveira

EXPEDIENTE CONTRAPONTO

Editora Responsável Anna Flávia Feldmann
Editora Assistente Anna Cândida Xavier
Secretária de Redação Carolina Zaterka
Fotografia Livia Soriano e Manoella Marinho
Mídias Sociais Isabela Fabiana, Luis Henrique Oliveira, Daniella Ramos, Inaiá Misnerovicz, Carolina Machado, Mariana Luccisano, Maria Clara Aoki e Carolina Nader

Editorias

Cultura e Entretenimento

Julia Quartim Barbosa e Maria Eduarda Cepeda

Esportes

Giovanna Britto, Juliana Bertini e Martim Tarifa

Política

Davi Rezende e Luiza Zaccano

Ambiental

Camila Bucoff

Internacional

Renata Bittar e

Sophia Aquino

Moda

Beatriz Manocchio

Comportamento

Gianna Flores

Crônicas e resenhas

Nicole Domingos

Direitos humanos e

diversidade

Luane França

Cidades

Anna Sofia Carsughi

CopyDesk Ana Pires, Cristiane Gabriel, Helena Aguiar de Campos, Isabelli Albuquerque, Juliana Salomão, Livia Rozada, Luiza Passos, Luiza Zequim, Maria Luisa Lisboa Alves, Mayara Pereira, Rayssa Paulino, Victor Palhares

Checagem de Fatos Annanda Deusdará, Annick Borges, Beatriz Paulino, Júlia Polito, Julia Sena, Mariane Beraldes, Mayara Neudl, Pedro Premero e Thainá Brito

Ombudsman Fábio Fernandes da Silva

Comitê Laboratorial Cristiano Burmester, Diogo de Hollanda, Maria Angela Di Sessa, Pollyana Ferrari e Vanessa de Souza Oliveira

Fotografia de capa Manoella Marinho

Projeto e diagramação Alline Bullara

Contraponto é o jornal-laboratório do curso de Jornalismo da PUC-SP.

Rua Monte Alegre, 984 – Perdizes – CEP 05014-901 – São Paulo/SP

Fone: (11) 3670-8205

Ed. Número 149 – Setembro/Outubro de 2026

Comunidade acadêmica

PUC comemora 80 anos em parceria com o SESC..... 4

Política

20 anos da Lei Maria da Penha: em que avançamos?..... 6

São Paulo avalia o preço das privatizações nos serviços públicos..... 8

Internacional

El Salvador exporta modelo de segurança pública que fere direitos humanos..... 10

Crise em Ceuta expõe tensão política sobre migração..... 12

Ambiental

Quando a cidade avança, a fauna perde espaço..... 13

Quem mora onde o desastre começa..... 14

Cidades

Uma Rua não tão Augusta: quando a gentrificação transforma a vida paulistana..... 16

Moda

Como os padrões estéticos impactam o envelhecimento da mulher brasileira?..... 17

Direitos humanos

A ascensão do conservadorismo entre os jovens brasileiros..... 18

Entretenimento e cultura

"O humor é necessariamente político"..... 20

Diversidade ou segregação? Novas categorias do Grammy dividem opiniões..... 21

A Odisseia de Christopher Nolan revive o cinema épico..... 22

Espetacularização transforma crimes reais em entretenimento..... 23

Esportes

Copa de 2026 deixa Argentina demonizada mundialmente..... 24

Os obstáculos que afastam treinadores brasileiros da elite do futebol mundial..... 25

Por que a sexualidade ainda precisa ficar no vestiário?..... 26

Corinthians e Fatal Fans: os limites entre a marca e o "Time do Povo"..... 27

O que "a maior Copa da história" nos deixou?..... 28

Da arquibancada à luta política: como as torcidas organizadas viraram atores da mobilização social..... 30

Ex-alunos da PUC-SP relatam experiência na cobertura da Copa do Mundo 2026..... 32

Resenhas e crônicas

Da pista de dança para os créditos finais..... 33

"O Convite" faz a escolha corajosa de centralizar o sexo em um filme sobre relacionamentos..... 34

Crônica: Perigoso de bom..... 35



© A24

PUC comemora 80 anos em parceria com o SESC

A universidade celebrou seu aniversário com a presença de artistas renomados e relembrou sua história de cultura e resistência

Por Lara Manasseh, Manoella Marinho e Sophia Aquino

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) festejou seus 80 anos em parceria com o Sesc, que também comemorava sua oitava década, no dia 22 de agosto. A cerimônia contou com a presença de diversas apresentações, como corais, bandas, a bateria unificada da universidade e artistas prestigiados da música popular brasileira, como Céu e Chico César.

Com autorização da prefeitura, a organização do evento fechou a Rua Monte Alegre, principal endereço da instituição, e distribuiu *food trucks*, artesãos e centros acadêmicos ao longo da via. Parte das apresentações ocorreu na entrada do Teatro da Universidade Católica (TUCA), porém a cerimônia em si e os artistas principais se apresentaram dentro dele, com entrada gratuita ao público geral.

A data comemorada remete à própria origem da universidade. A PUC-SP foi fundada em 1946, a partir da união da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Bento e da Faculdade Paulista de Direito, uma trajetória em que a educação superior católica se misturou à história política e cultural do país.

Em 1965 foi inaugurado, no campus da rua Monte Alegre, o TUCA. Logo após sua abertura, ele se tornou referência na vida cultural paulistana e um dos espaços mais emblemáticos da história da universidade, sendo palco de movimentos artísticos e políticos.

Em 1977, a PUC-SP entrou de vez para a memória nacional. Um dia antes de abrigar a 29ª Reunião Anual da SBPC, depois de ela ter sido impedida de ocorrer na USP, o campus viveu uma das últimas e mais violentas investidas da ditadura militar contra o movimento estudantil.

Na noite de 22 de setembro, às vésperas do 3º Encontro Nacional de Estudantes, um ato público pela recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE), proibida desde 1964, foi dissolvido a tiros de bombas, gás e cassetetes. Sob o comando do então secretário de Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias, cerca de 900 policiais fortemente armados invadiram o campus pelas quatro entradas, em oposição a aproximadamente 2 mil estudantes desarmados. Os policiais depredaram salas e confinaram estudantes, professores e funcionários.

Erasmo Dias anunciou por megafone que todos passariam por uma triagem. Ao final, 514 estudantes foram detidos, sendo 92 levados ao DOPS e 422 ao Batalhão Tobias de Aguiar. Entre eles, dez pertenciam aos quadros de lideranças estudantis. A polícia reconheceu oficialmente 19 feridos, inclusive alunas com queimaduras graves por bombas de fósforo branco que precisaram de internações de cerca de um mês.

Seis anos depois, no mesmo 22 de setembro, a data que lembrava a repressão se tornou um protesto de importância histórica. Em 1983, um grupo de estudantes emprestou de um circo da cidade três elefantes e quatro galinhas enfeitadas com fitas verde-amarelas e os levou ao campus Monte Alegre. Para muitos, segundo a imprensa da época, os paquidermes simbolizavam o peso da ditadura militar sobre o país, as galinhas representariam justamente as quatro autoridades ligadas à invasão de 1977, entre elas o próprio coronel Erasmo Dias.



Contudo, décadas depois, os organizadores relativizam qualquer leitura sofisticada, com a justificativa de que a intenção principal era realizar um protesto bem-humorado e inusitado. Mesmo assim, o episódio permaneceu como símbolo de uma geração que respondia à memória da violência com certo tipo de humor.

A comemoração evidenciou o papel da universidade na sociedade. Segundo

Brandão, a proposta da programação do evento foi mostrar a preparação da universidade para os próximos anos, sem deixar de lado os valores construídos ao longo da trajetória da pontifícia.

Essa continuidade entre passado e futuro também foi destacada pela vice-reitora Carla Reis. “A fundação da PUC ocorreu com o intuito de responder à sociedade. Desde o seu princípio, ser uma instituição acadêmica que pense de forma crítica, que produza conhecimento, mas que seja um conhecimento que se volte à sociedade”.

Na PUC-SP, a celebração evidencia partes do espaço que vão além da formação acadêmica, mantendo os princípios de excelência, liberdade de ideias e incentivo à diversidade. Uma concepção que busca acompanhar as transformações do mundo sem se afastar da sociedade à qual pertence. Logo, comemorar esses 80 anos é reafirmar o lugar que uma universidade ocupa na sociedade.

A ideia de que a universidade deve dialogar com diferentes segmentos sociais ecoou na fala de Chico César. Para ele, ser um artista negro, afro-indígena e nordestino é ocupar um espaço, de forma a representar pessoas que querem ser ouvidas dentro das instituições. César também afirma que a PUC não deve reproduzir as desigualdades existentes em instituições de privilégios socioeconômicos, mas ampliar sua abertura a diferentes segmentos da sociedade. “A universidade precisa estar aberta”, declarou.

A cultura também foi grande destaque no evento. A presença dos artistas no aniversário, por meio da parceria com o SESC, trouxe uma dimensão cultural e aproximou o ambiente. Sobre isso, a cantora Céu afirmou em entrevista ao **Contraponto** que: “aliar cultura e educação é fundamental” para que o Brasil avance e guie um bom caminho para as futuras gerações.

Além disso, a faculdade reafirmou, em diversos discursos, que o significado da celebração também está na capacidade de se renovar. Hoje, a universidade procura compreender temas como raça, gênero e tecnologia e transformá-los em conhecimento crítico. A liberdade que marca a instituição se expressa justamente na disposição de discutir as mudanças da sociedade e responder a elas, dando continuidade a uma trajetória historicamente ligada à defesa da democracia e às transformações sociais. A celebração resgatou a memória de quem vive a PUC e reforçou o compromisso de produzir conhecimento em comunidade e fazê-lo chegar para além dos muros acadêmicos.



20 anos da Lei Maria da Penha: em que avançamos?

Com recorde no número de casos de feminicídio, entenda no que, em duas décadas, o judiciário brasileiro avançou no combate à violência contra a mulher

Por Cecília Leite, Davi Madi, Helena Barra, Julia Napolini e Renata Bittar

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) completou 20 anos em 7 de agosto de 2026, e se mostra cada dia mais necessária. Nesta data, o Brasil registrou o marco de maior número de medidas protetivas concedidas da história em um período de 6 meses. Entre janeiro e junho deste ano, foram 337 mil concessões de medidas, de acordo com dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Segundo o 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, do total de feminicídios registrados em 2025, 62,5% das mulheres foram mortas dentro da própria residência. Dos casos com autoria identificada, em 60,9%, o autor era o parceiro íntimo da vítima; em 18,9%, um ex-parceiro; e em 12,1%, um familiar.

Esses números evidenciam a predominância da violência contra mulher dentro do ambiente doméstico. Os dados refletem uma onda de ataques misóginos, tendo em vista que, de 2024 para 2025, houve um aumento de 4% nos casos de feminicídio. Leis de proteção para o gênero feminino se mostram cruciais de serem cumpridas e aplicadas corretamente.

Nesses 20 anos, a Lei Maria da Penha transformou a forma de combate da violência doméstica. No dia 19 de agosto de 2026, o Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu, por unanimidade, ampliar o alcance das medidas protetivas de urgência previstas na Lei para situações de violência contra a mulher baseada no gênero, mesmo quando não existe vínculo doméstico, familiar ou relação íntima de afeto entre a vítima e o agressor.

Como a lei foi criada e suas aplicações

Maria da Penha Maia Fernandes é farmacêutica bioquímica, nascida em Fortaleza, Ceará, em 1º de fevereiro de 1945. Aos 38 anos, em 1983, foi vítima de dupla tentativa de feminicídio por parte de seu agressor e então marido, Marco Antônio Heredia Viveros. Na primeira ocasião, enquanto dormia, levou tiros nas costas que a deixaram paraplégica. Na segunda, meses depois, foi mantida em cárcere privado e sofreu nova agressão com choques provocados com um chuveiro elétrico.

Apesar das provas, testemunhas e uma condenação formal, o caso se arrastou por quase 20 anos, enquanto Marco respondia em liberdade. Na época, crimes cometidos contra a mulher eram qualificados como causas de menor potencial ofensivo. A solução para Maria da Penha foi uma denúncia realizada à Comissão

Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), órgão composto por 35 países com objetivo de promover a democracia e a cooperação internacional.

A organização condenou o Brasil por negligência, omissão e conivência com a agressão, obrigando o país a uma revisão drástica na legislação e reparação da vítima. Em 7 de agosto de 2006, com um anteprojeto criado por um consórcio de ONGs feministas e juristas especializadas, foi elaborada a Lei nº 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha.

Seu objetivo é “criar mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher”, que inclui o reconhecimento de tipos de violência distintos da física, como psicológica, sexual, patrimonial e moral. Também garante, como ordem judicial imediata, logo após a denúncia, o direito de medidas protetivas de urgência, tais como afastamento do autor da violência e proibição de contato.

Para Tanila Savoy, advogada especialista em direitos humanos, a criação da lei trouxe ao Estado uma compreensão mais ampla do problema. “Hoje, não se trata apenas de responsabilizar o agressor depois que essa violência acontece, mas de encontrar mecanismos de busca para interromper esse ciclo e proteger a mulher antes que a situação se agrave”, afirma.

Outra importante medida legal foi a abolição de quaisquer penas ou alternativas ao regime fechado. Nas aplicações anteriores, o autor da violência poderia cumprir a punição com o pagamento de cestas básicas, multas isoladas ou trabalho comunitário. Além disso, foi determinada a criação de juizados especializados, como o da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a fim de agilizar o julgamento dos casos.

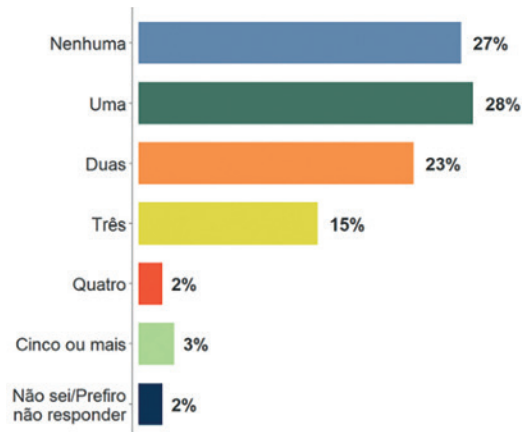
Vítimas pressionadas

Em relato ao **Contraponto**, Vitória (nome fictício) contou sobre um episódio de violência que testemunhou quando tinha apenas 8 anos. A vítima foi sua mãe e o agressor, seu tio. Na época, ela e o irmão, então de 6 anos, estavam juntos da mãe quando ele entrou no apartamento. Uma discussão se iniciou e, em seguida, as agressões começaram. “Como era muito nova, não lembro o exato motivo do por que a briga se iniciou”, explica Vitória.

Não demorou muito para os filhos pedirem ajuda e os vizinhos denunciarem o caso. A polícia foi acionada, mas quando chegaram, seu tio já havia fugido. Ela ainda

conta que aquele foi o primeiro e último ato de violência física, mas as ameaças e o abuso psicológico permaneceram por parte do agressor. Com todas as provas obtidas, a Lei Maria da Penha foi aplicada e as investigações se iniciaram. Porém, com a pressão familiar, a vítima se sentiu acuada e decidiu não prosseguir com a ocorrência.

“Quantas testemunhas eram crianças?” População feminina – Brasil – 2025



Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado – coleta de 16,5 a 8.7.2025. Nota: Questão respondida por quem sofreu violência doméstica ou familiar nos últimos 12 meses e havia alguém presente no momento da agressão

O que os dados de 2025 revelam

Realizada pelo Instituto DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), a Pesquisa Nacional de Violência contra a Mulher chegou, em 2025, à sua 11ª edição e completa duas décadas de acompanhamento da violência doméstica e familiar no Brasil.

Criado em 2005, o levantamento antecede a Lei Maria da Penha e permite observar mudanças na percepção e na experiência das brasileiras ao longo desse período. A edição mais recente ouviu 21.641 mulheres com 16 anos ou mais, em todo o Brasil, e apresenta recortes por região, raça/cor, renda, escolaridade e faixa etária.

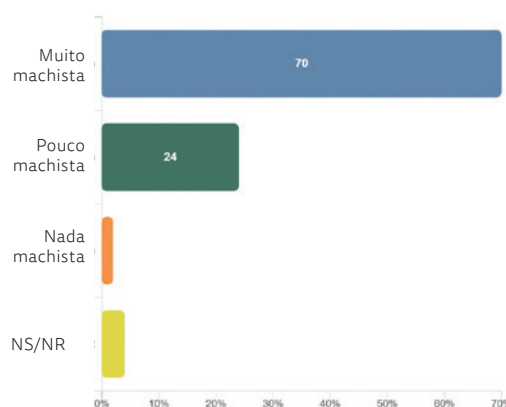
Segundo a pesquisa, 27% das brasileiras afirmam já ter sofrido violência doméstica ou familiar provocada por um homem ao longo da vida. Entre as que declararam ter sofrido esse tipo de violência nos 12 meses anteriores à pesquisa, o percentual caiu de 7%, em 2023, para 4% em 2025, sendo o menor índice da série histórica.

Ao mesmo tempo, 34% das entrevistadas afirmaram ter vivenciado, no último ano, pelo menos uma das situações de violência investigadas pelo levantamento, que passou a incluir também diferentes manifestações de violência digital. A percepção social permanece preocupante: 79% das mulheres acreditam que a violência contra a mulher aumentou no período.

Os dados também evidenciam obstáculos entre a ocorrência da violência e o acesso efetivo à proteção. Entre as vítimas, 58% buscaram apoio da família, 53% recorreram à igreja e apenas 28% procuraram uma Delegacia da Mulher. Entre aquelas que solicitaram medidas protetivas, quase metade relatou que a determinação foi descumprida pelo agressor. O estudo mostra que a violência frequentemente ocorre diante de outras pessoas, especialmente crianças, em episódios recorrentes.

Nesse sentido, os 20 anos de monitoramento revelam não apenas a importância da Lei Maria da Penha para ampliar o reconhecimento da violência e os mecanismos de proteção, mas também um desafio que permanece atual: transformar a existência da legislação em proteção efetiva, acessível e capaz de interromper ciclos de violência.

De forma geral, você considera o Brasil um país (%)



Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado – set. 2025
* NS/NR: Não sei/Prefiro não responder.

Atualização na aplicação da Lei

Em agosto deste ano, o STF decidiu, por unanimidade, ampliar o alcance das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha para situações de violência contra a mulher, mesmo quando não existe vínculo doméstico, familiar ou relação íntima de afeto entre a mulher e o agressor.

A medida passou a ser debatida após uma denúncia em Minas Gerais. Na ocasião, uma mulher havia relatado perseguições e ameaças de morte praticadas por um vizinho e solicitou medidas protetivas de urgência. No entanto, o Tribunal de Justiça do Estado entendeu que a lei não poderia ser aplicada porque não havia relação doméstica, familiar ou afetiva entre a denunciante e o autor das ameaças.

Com o novo recurso, o entendimento estabelece que o fator determinante para a aplicação das medidas protetivas não é mais a existência de uma relação específica entre a mulher e o criminoso, mas a caracterização de violência baseada no gênero e a existência de uma situação de risco que justifique a proteção. A decisão não altera o texto, mas estabelece uma interpretação vinculante sobre o alcance das medidas protetivas de urgência previstas na lei.

A principal mudança está na possibilidade de utilização dessas liminares em situações nas quais a vítima e agressor não possuem qualquer relação doméstica, familiar ou afetiva. Até então, a ausência desse vínculo poderia impedir o enquadramento na Lei Maria da Penha. Com a decisão, essa circunstância, isoladamente, não afasta mais a proteção. O que deve ser analisado é se existe violência baseada no gênero e uma situação concreta de risco à integridade da mulher.

A medida protetiva é um instrumento de proteção e não se confunde com a eventual responsabilização criminal. A decisão do Supremo trata especificamente do alcance das medidas previstas na Lei e das condições para sua concessão. Ou seja, a existência de uma medida protetiva não determina, por si só, a condenação por um crime. A responsabilização penal dependerá da apuração dos fatos e do eventual enquadramento da conduta em um tipo penal.

Samuel Napolini, promotor de Justiça de Santa Catarina e coordenador do Núcleo de Enfrentamento às Violências e Apoio às Vítimas de Violência (Neavit), aponta a importância da decisão, mas reforça que, no momento, é necessária a readequação das unidades judiciais do Ministério Público que trabalham o tema.

“A partir dessa decisão, toda violência física, psicológica, sexual contra mulheres por força da condição de gênero seria passível de proteção sobre as regras da Lei Maria da Penha, mas a preocupação é quanto a uma possível banalização de instrumentos que são muito importantes, como a medida protetiva de urgência e a necessidade agora de uma readequação das unidades judiciais do Ministério Público”, afirmou.

Conscientização também é combate à violência

Embora represente um importante instrumento de proteção às mulheres, a legislação não é capaz de eliminar os crimes de violência de gênero nem de promover, sozinha, uma mudança na forma como a sociedade encara essas situações.

Para Tanila Savoy, advogada especializada em direitos humanos, a aplicação da lei precisa estar acompanhada de transformações culturais e mecanismos que garantem a segurança às vítimas durante todo o processo. Isso inclui uma rede de proteção articulada, serviços preparados para acolher mulheres em situação de violência e um sistema jurídico capaz de oferecer não apenas respostas às denúncias, mas também condições para que elas se sintam protegidas ao buscar ajuda.

Para Samuel Napolini, na violência doméstica familiar contra a mulher, ainda há a presença de fatores culturais muito fortes. “Eles [fatores] podem ser tratados genericamente como sintomas

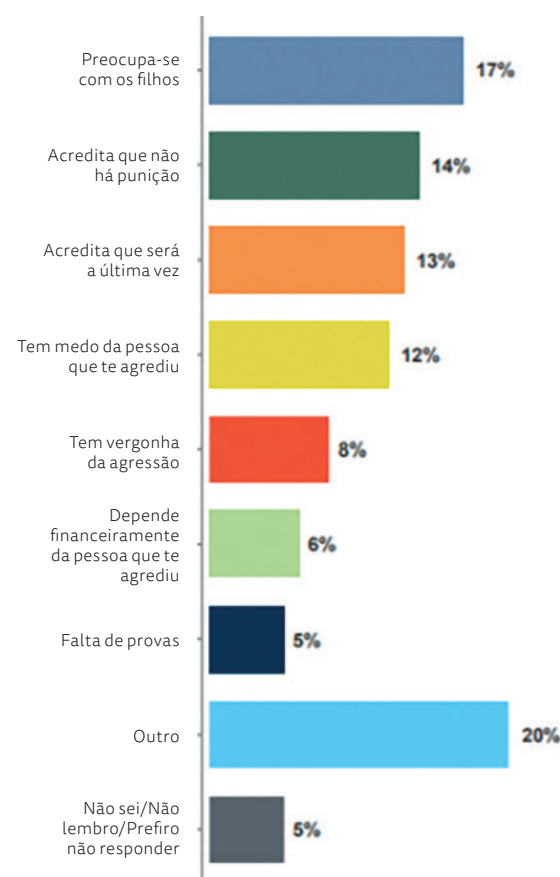
de machismo, mas se refletem no tratamento da mulher, na prática, como um objeto de apropriação, de controle, de manipulação por parte do agressor”, explica.

Samuel completa dizendo que, “esse tipo de sentimento, mascarado ou não, está na origem, na base e na motivação das agressões. Então, debates que levem essa reflexão às escolas, por exemplo, desde muito cedo, desde a adolescência ou até antes da infância, mas que também sejam levados aos ambientes de trabalho, às empresas. É importante também [além da punição] um encaminhamento de homens envolvidos em atos de agressão para grupos reflexivos em que eles são confrontados com o seu modo de pensar e incentivados a refletir sobre os seus próprios valores”, ressaltou.

Tanila Savoy resalta que muitas mulheres têm dificuldade para reconhecer, no início, que estão vivendo uma situação de violência. Abusos que podem levar à aplicação da Lei Maria da Penha nem sempre começam com agressões físicas. “A violência, muitas vezes, acontece de forma gradual e sem deixar marcas visíveis, como a psicológica”, afirma.

Nesse processo, comportamentos abusivos podem se tornar parte da rotina antes que a vítima consiga identificá-los como violência. Quando decide denunciar, ela ainda pode enfrentar um caminho longo e, muitas vezes, assustador, marcado por ameaças, inseguranças e incertezas sobre o que acontecerá depois da denúncia.

“Qual o principal motivo de você não ter denunciado a agressão?” – População feminina – Brasil – 2025



Fonte: Instituto de Pesquisa DataSenado – coleta de 16.5 a 8.7.2025.

São Paulo avalia o preço das privatizações nos serviços públicos

Governo aposta na atração de capital privado para acelerar obras, especialistas alertam sobre os riscos de desigualdade no atendimento e a pressão sobre agências reguladoras

Por Hudy Ferreira, João Barbosa, Lara Manasseh, Manoella Marinho e Sophia Aquino

A gestão de Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo, tem sido marcada pelo avanço das desestatizações e concessões, com o maior número de leilões dos últimos 25 anos. Entre as medidas de maior repercussão está a privatização da Sabesp, concluída em 2024.

O governador argumenta que os leilões atraíram investimentos e ampliaram a eficiência dos serviços básicos. Opositores e sindicatos, por outro lado, apontam riscos de precarização dos serviços, aumento de tarifas e problemas operacionais decorrentes de um modelo que, segundo eles, priorizaria o lucro.

Gestão Tarcísio de Freitas

Quando ocupava o cargo de ministro da Infraestrutura no governo de Jair Bolsonaro (PL), Tarcísio já defendia a venda de ativos públicos como forma de atrair investimentos. Durante a campanha ao governo paulista, em 2022, levou o tema como uma de suas principais bandeiras eleitorais.

Eleito, transformou a proposta em política de governo, estruturada por meio do Programa de Parcerias em Investimentos do Estado de São Paulo (PPI-SP). Ao longo de 2024, o governo paulista totalizou nove projetos leiloados, sendo sete concessões e duas privatizações: da Sabesp e da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae). As operações envolveram mais de R\$ 300 bilhões em investimentos contratados, dos quais R\$ 260 bilhões estariam relacionados à Sabesp.

O governador argumenta que o Estado não teria capacidade fiscal suficiente para financiar sozinho as obras necessárias em São Paulo. Durante sabatina no programa

Jornal da Manhã, da Jovem Pan, defendeu a privatização da Sabesp e as concessões estaduais: “Até outro dia, Guarulhos, segunda maior cidade do estado de SP, tratava 2% do esgoto. Caieiras, Cajamar, Franco da Rocha e Francisco Morato tratavam 0% em 2022. A gente tinha um desafio gigantesco.” Na ocasião, acrescentou que o investimento privado seria indispensável para acelerar os resultados.

Sob a perspectiva liberal, a defesa das privatizações está associada à redução da participação direta do Estado na atividade econômica. Nessa visão, cabe ao poder público concentrar-se em funções consideradas essenciais, como segurança, justiça, formulação de políticas públicas e regulação, enquanto empresas privadas podem assumir a prestação de determinados serviços, submetidas a regras e fiscalização. A expectativa é que o investimento privado e a busca por eficiência ampliem a qualidade dos serviços e reduzam a necessidade de recursos públicos.

A questão se torna mais complexa, porém, em setores nos quais a concorrência é limitada ou inviável, afirma o economista e ex-assistente executivo da Sabesp, José Geraldo Portugal. Segundo ele, a existência de redes de distribuição de água faz do monopólio uma característica estrutural do setor: construir redes subterrâneas concorrentes elevaria os custos e reduziria a eficiência econômica. Por isso, sustenta que a atuação do poder público permanece necessária para garantir que regiões menos rentáveis também sejam atendidas.

“As áreas mais necessitadas são as que têm a menor infraestrutura de serviço, porque tecnicamente ninguém começa a formar uma rede da periferia para o centro”, afirma Portugal. Segundo ele, as redes tendem a se expandir dos centros para as áreas periféricas, enquanto a especulação imobiliária e o crescimento urbano empurram populações de menor renda para regiões onde os serviços chegam de forma mais precária ou insuficiente. Para o economista, é justamente nesses territórios que o poder público precisa acompanhar de perto a prestação dos serviços após a privatização.

Em serviços essenciais, como saneamento, transporte e energia, cabe ao Estado estabelecer metas, fiscalizar seu cumprimento, regular tarifas quando previsto e aplicar sanções quando necessário. Em setores monopolistas ou de baixa concorrência, portanto, a qualidade da regulação torna-se decisiva.

A expansão das privatizações no governo Tarcísio também evidencia uma determinada concepção sobre o papel do Estado, questão que ganha relevância no debate eleitoral: de um lado, um poder público mais concentrado na regulação; de outro, um Estado com maior presença direta na prestação de serviços e na atividade econômica.



Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Caieiras

SABESP

A privatização da Sabesp foi concluída em julho de 2024, quando o Governo do Estado reduziu sua participação acionária de 50,3% para 18,3%. Em 2026, dois anos após a operação, a companhia informou crescimento do lucro líquido ajustado, que chegou a pouco mais de R\$ 1,5 bilhão, no primeiro trimestre. Ao mesmo tempo, segundo levantamento do UOL realizado neste ano, a média mensal de reclamações cresceu 70% entre janeiro e março, com queixas registradas em diferentes regiões do estado, como Guarujá e Baixada Santista.

Em 2025, a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps) contabilizou 12.498 reclamações, das quais 6.998 foram consideradas procedentes. Entre os problemas registrados estavam questões relacionadas a faturamento e cobrança, interrupções no abastecimento, ligações de água, cortes e suspensão do fornecimento, além de ocorrências envolvendo o esgoto.

A Arseps atua no monitoramento e na fiscalização dos serviços regulados, tanto de forma remota quanto presencial. No setor de saneamento, também desempenha funções relacionadas à regulação



© Julia Martins

Tarcísio, retrato: Tarcísio de Freitas no lançamento da pré-candidatura de André do Prado

econômica e tarifária, acompanhando o cumprimento das obrigações estabelecidas para a prestação do serviço.

Segundo Portugal, a equipe da agência reguladora é composta, em grande parte, por profissionais jovens e recém-formados, enquanto parte significativa do conhecimento técnico sobre o funcionamento do sistema estaria concentrada no ente regulado, a Sabesp. Na avaliação do economista, esse desequilíbrio pode fragilizar a capacidade de fiscalização.

A prática das porcentagens

A promessa de maior eficiência é um dos principais argumentos utilizados para defender a participação da iniciativa privada nos serviços públicos. A Sabesp apresenta números que ajudam a sustentar essa perspectiva em relação aos investimentos: a companhia afirma ter investido R\$ 6,9 bilhões em 2024 e R\$ 15,2 bilhões em 2025. O crescimento é expressivo, mas, quando se trata de um serviço essencial como o saneamento, medir a eficiência apenas pelo volume de recursos investidos ou pela capacidade de execução de obras pode ser insuficiente.

Portugal aponta que um dos principais critérios para avaliar os resultados de uma privatização deve ser o ritmo da universalização, processo de tornar um direito, serviço ou bem acessível a toda a população, principalmente entre as populações periféricas. “O saneamento é uma atividade que tecnicamente reforça a desigualdade. É uma empresa em rede formada do centro para a periferia. As populações que mais precisam são aquelas em que a infraestrutura está instalada de forma mais precária, às vezes insuficiente”, afirma.

Em um serviço essencial, a diferença entre uma região plenamente atendida e outra com infraestrutura insuficiente significa que parte da população permanece sem acesso adequado a um serviço básico. A professora e economista Cristina Brasil Casseb, da PUC-SP, considera o saneamento um setor estratégico e afirma observar bairros e municípios ainda com atendimento insuficiente de água, cenário que classifica como sinal de ineficiência do modelo adotado.

A desigualdade territorial evidencia os desafios da expansão dos serviços. Em regiões onde a infraestrutura é precária e a ampliação das redes exige investimentos maiores, garantir que os recursos aplicados se convertam em melhorias efetivas no atendimento torna-se ainda mais importante. Para Casseb, “o modelo de privatização tem que garantir que as empresas

que se beneficiarão farão investimentos efetivos para o aumento da produtividade e a melhoria desse setor”.

Como funciona?

A privatização não retira completamente o Estado da relação com o consumidor. A operação passa a ser realizada por uma empresa privada, mas o poder público continua responsável por regular e fiscalizar o cumprimento das obrigações estabelecidas. A mudança ocorre, principalmente, na distribuição dessas responsabilidades: a empresa assume a prestação do serviço, enquanto o Estado acompanha o cumprimento das metas e condições previstas.

Portugal chama atenção para a importância dessa fiscalização: “Eu acho que ficou claro que a privatização entendida unicamente como transferência do controle acionário é uma visão muito estreita.” Em sua avaliação, o processo não deve ser analisado apenas a partir da mudança de controle da empresa. O economista argumenta que uma companhia pública também poderia incorporar mecanismos de gestão utilizados pelo setor privado, preservando como prioridade objetivos públicos, como a universalização do serviço e a manutenção de tarifas módicas para a população de menor renda.

As diferenças de desempenho ganham relevância quando se observa que os melhores resultados divulgados pela Sabesp estão concentrados nas áreas urbanas. Enquanto a empresa afirma ter superado suas metas nesses locais, áreas informais e rurais permanecem abaixo dos objetivos estabelecidos. O contraste evidencia um problema anterior à mudança de controle e que o novo modelo ainda precisa enfrentar: a expansão dos serviços para regiões onde a infraestrutura permanece mais precária.

“Isto está mostrando uma ineficiência empírica da privatização, sobretudo da Sabesp, que nunca foi muito eficaz em lugar

nenhum, por ser um setor estratégico”, afirma Casseb. A professora defende que o modelo adotado precisa garantir investimentos efetivos para aumentar a produtividade e melhorar a prestação do serviço, especialmente por se tratar da distribuição de um recurso essencial à população.

A eficiência, portanto, apresenta resultados diferentes conforme a região analisada. Os investimentos aumentaram e indicadores urbanos avançaram, mas parte da população ainda permanece distante das metas de universalização. É no contraste entre os números gerais apresentados pela companhia e a realidade das regiões ainda não plenamente atendidas, que concentram uma das principais questões sociais relacionadas à privatização do saneamento.

O avanço das privatizações e concessões em São Paulo não representa apenas uma mudança na forma de administrar serviços públicos. Também envolve uma escolha sobre o tamanho, as funções e os limites do Estado, discussão que não termina quando um contrato é assinado ou uma empresa passa ao controle privado. Em setores monopolistas ou de baixa concorrência, a capacidade de regulação e fiscalização torna-se parte central da avaliação dos resultados.

No contexto eleitoral de 2026, a expansão das privatizações durante o governo Tarcísio de Freitas também coloca em debate diferentes concepções de Estado: uma estrutura mais enxuta e concentrada na regulação ou uma administração com maior presença direta na prestação de serviços e na atividade econômica. Em áreas como saneamento, transporte, energia e infraestrutura, os resultados podem ser avaliados não apenas pelo volume de investimentos anunciados ou pelo valor das operações, mas também pelo alcance do atendimento, pelas tarifas, pela qualidade dos serviços e pelos avanços nas regiões mais vulneráveis.



© Reprodução: Agência SP



© Rovena Rosa/Agência Brasil

Cerimônia de privatização da Sabesp na Bolsa de Valores de São Paulo

El Salvador exporta modelo de segurança pública que fere direitos humanos

O 'modelo Bukele' aposta no encarceramento em massa e na restrição das garantias constitucionais do país

Por Amanda Campos, Anna Cândida Xavier, Natália Perez, Lorena Basília e Thaís de Matos

Em El Salvador, o presidente Nayib Bukele adotou, em 2022, um regime de exceção que ampliou a atuação das forças de segurança e endureceu o sistema penal para enfrentar as gangues que dominavam parte do país. A queda dos homicídios transformou a estratégia em referência para políticos de direita e extrema direita na América Latina, que passaram a defender a adoção de medidas semelhantes diante do avanço da violência e do crime organizado.

Entenda o modelo Bukele

Nascido em San Salvador em 24 de julho de 1981, Nayib Bukele começou sua trajetória política em 2012 como prefeito de Nuevo Cuscatlán e, em 2015, assumiu a capital. No início da vida pública, Bukele apresentava ideias associadas à esquerda e uma imagem 'rebelde', contra a política tradicional. O salvadorenho era filiado ao FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional), mas foi expulso em 2017 após desrespeitar os direitos das mulheres.

Em 2019, foi eleito presidente no primeiro turno pela GANA (Grande Aliança pela Unidade Nacional), uma vitória pela "terceira via" após três décadas de disputa entre FMLN e Arena. Em 2021, o partido fundado por ele, *Nuevas Ideas*, conquistou a maioria qualificada das cadeiras do Congresso Nacional. Ao assumir o novo parlamento, destituiu magistrados da Sala Constitucional da Suprema Corte e o Procurador-Geral. Em dezembro de 2025, o governo de Bukele teve a aprovação popular dos salvadorenhos em 90%, segundo o CID Gallup.

O sistema de segurança, conhecido popularmente como "modelo Bukele", é o elemento central de sua popularidade. As principais medidas são estruturadas pelo Plano de Controle Territorial, estratégia que militariza patrulhas, aumenta equipamentos bélicos e faz o cercamento de bairros dominados por facções.

Atualmente, El Salvador vive sob regime de exceção, medida emergencial que permite ao governo suspender temporariamente alguns direitos e garantias constitucionais. O decreto foi instaurado em março de 2022, após a ruptura de um acordo de paz implícito entre Estado e facções (maras), resultando em 87 homicídios em 3 dias. De imediato, o governo aprovou o estado de exceção, prorrogando-o mensalmente.

As principais ferramentas do modelo são: suspensão de garantias constitucio-

nais (como direito à defesa), sigilo de comunicações e prazos de detenção preventiva, sem prazo de revogação. O regime aprovou reformas penais e judiciais, como a redução de idade de responsabilidade penal para 12 anos em crimes associados a facções, aumento de penas máximas até 60 anos e autorização legal para julgamentos de centenas de réus simultaneamente. Segundo o *World Prison Brief*, mais de 75 mil pessoas foram detidas no país desde março de 2022, a maior taxa de encarceramento per capita do mundo.

Em 2023, o *Centro de Confinamiento del Terrorismo (CECOT)* foi inaugurado no município de Tecoluca. O sistema prisional tem capacidade para 40 mil detentos em isolamento total, inclusive com bloqueio de sinal de telefone e internet, sem direito a visitas. Todos os detentos têm o cabelo raspado e as mesmas vestimentas, a dieta é restrita e sem proteína animal, não há banho de sol nem momento para prática de exercícios físicos. Além disso, a iluminação artificial é ininterrupta, o que dificulta o descanso dos detentos. Bukele também adotou métodos para evitar rebeliões e fortalecimento das facções.

O modelo se espalha na América Latina

O modelo Bukele também tem sido visado em outros países da América Latina.

O presidente equatoriano, Daniel Noboa, foi eleito em 2023 sob a promessa de sufocar o narcotráfico por meio de mais investimentos em segurança. Desde então, o governo já militarizou as ruas e presídios do país, integrando as Forças Armadas às equipes de segurança dos estados. Além disso, a penitenciária de segurança máxima *Cárcel del Encuentro*, construída em uma área isolada da província de Santa Elena em novembro de 2025, foi apresentada ao país como uma prisão no estilo do CECOT. Apesar de ser inspirado no modelo, o presídio tem capacidade máxima para 800 pessoas, menor que a penitenciária de El Salvador.

Abelardo de la Espriella, presidente colombiano eleito em junho de 2026, também tem flertado com as medidas salvadorenhas de segurança pública. Durante

© Isaac Castillo/Presidencia de la República



Em 31 de maio de 2024, em San Salvador, Daniel Noboa e Nayib Bukele reforçaram a cooperação entre Equador e El Salvador, com destaque para as políticas de segurança e controle territorial

sua cerimônia de posse, em 7 de agosto, ordenou às forças militares e policiais o "combate definitivo a todas as estruturas criminosas e seus membros". Ainda na ocasião, ele reforçou suas promessas de acabar com qualquer negociação com grupos armados, construir megaprisões e retomar a fumigação aérea em plantações de coca.

O governo de Javier Milei, na Argentina, também tem buscado medidas inspiradas no modelo salvadorenho de segurança pública para combater o crime organizado e o narcotráfico. Em junho de 2024, a então ministra de Segurança Pública da Argentina, Patricia Bullrich, visitou o CECOT como um modelo de inspiração a ser usado no país. Na mesma época, Bullrich e Gustavo Villatoro, ministro da Segurança salvadorenho, fecharam um acordo para "fortalecer" a luta contra o crime organizado.

"Seguindo as orientações dos líderes de El Salvador e da Argentina, nosso presidente Nayib Bukele e o presidente Javier Milei, assinamos, juntamente com a ministra Patricia Bullrich, um acordo de trabalho entre os dois países, com o firme compromisso de fortalecer a luta contra o crime organizado", disse o ministro na rede social X.

Prestes a completar seis meses no governo chileno, José Antonio Kast enviou ao Senado uma "Agenda contra o Crime Organizado e o Terrorismo" (ACOT), pacote com 30 projetos de lei à *la mano dura* salvadorenha. As medidas pretendem restringir o acesso a benefícios sociais financiados pelo Estado para pessoas condenadas por crimes relacionados ao terrorismo e à organização social. O governo propõe a incorporação da segurança pública no artigo 1º da Constituição chilena, a criação de um cadastro de organizações criminosas e terroristas e o estabelecimento de um novo estado de exceção.



Porta-voz da
presidência argentina
disse que “gestão
da segurança por
Bukele em seu país
é um exemplo a
ser seguido” em
visita de Estado
do salvadorenho à
Buenos Aires, em
outubro de 2024

Políticas de encarceramento em massa

O presidente salvadorenho tornou-se o principal símbolo de uma política baseada na ampliação do poder do Estado sobre a população considerada criminoso. Mas, para Acácio Augusto Sebastião Júnior, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e coordenador do Laboratório de Análise em Segurança Internacional e Tecnologias de Monitoramento (LASInTec), a origem dessa lógica é muito anterior ao atual governo salvatório. Em entrevista ao **Contraponto**, Augusto aponta que a experiência salvadorenha deve ser compreendida dentro de um processo de superencarceramento que atravessa as Américas desde os anos 1990, associado à emergência do neoliberalismo e à adoção de políticas de segurança cada vez mais orientadas pela punição.

Uma das expressões desse processo foi a chamada política de “tolerância zero”, implementada em Nova York durante a administração do então prefeito Rudolph Giuliani. A política compreendia que a repressão aos pequenos delitos e às manifestações de desordem seriam capazes de evitar crimes mais graves. A lógica ficou associada à chamada “teoria das janelas quebradas”, segundo a qual sinais de desordem não deveriam ser tolerados, pois poderiam contribuir para a deterioração do ambiente social e para o avanço da criminalidade.

Essa política encontrou terreno fértil também no Brasil. Sebastião Júnior aponta a dimensão desse processo ao comparar a população prisional brasileira no final dos anos 1990, de cerca de 90 mil presos, com a realidade atual de mais de 900 mil detentos. Além disso, no início dos anos 2000, novos mecanismos de encarceramento de segurança máxima foram implementados, como o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), voltado especialmente para presos considerados de alta periculosidade ou ligados a organizações criminosas.

A estratégia de Bukele fez com que os índices de homicídio em El Salvador caíssem de forma expressiva. É justamente esse resultado que sustenta a força política do modelo. Para o professor, o efeito de medidas extraordinárias pode aparecer rapidamente nas estatísticas, mas seus resultados a longo prazo permanecem uma questão em aberto. “Esse tipo de medida costuma ter efeito estatístico imediato, e depois se mostra um grande desastre”, afirma. A

avaliação exige tempo, é necessário observar se a queda da violência se mantém e quais consequências institucionais e sociais permanecem depois da fase de exceção.

A popularidade de Bukele também não pode ser explicada apenas pelos números. Para o especialista, a segurança pública é tratada há muito tempo de forma emocional. O medo da violência nem sempre corresponde à chance real de uma pessoa ser vítima de um crime, mas a sensação de insegurança é suficiente para criar uma forte demanda por respostas. É nesse contexto que prisões massivas, leis mais duras e grandes operações policiais ganham força. Operações policiais de alta letalidade e chacinas acabam funcionando, na avaliação de Sebastião Júnior, como uma resposta rápida ao medo e à revolta da população. O professor cita ações violentas no Rio de Janeiro e em São Paulo e afirma que, “imediatamente depois, soltam uma pesquisa de opinião que revela que a população aprova essas medidas e está apavorada”.

Segurança pública é o tema da vez

Segundo o relatório “Medo do crime e eleições 2026: os gatilhos da insegurança”, publicado em julho pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com Instituto Datafolha, lideram a lista de preocupações dos brasileiros: ser vítima de golpe online (83,2%); ser roubado à mão armada (82,3%); ser morto durante um assalto (80,7%). Os resultados da pesquisa indicam que a insegurança ultrapassa a condição de percepção episódica e assume a forma de um clima social persistente, amplamente disseminado entre a população, fortemente influenciado pelo medo de perder patrimônio e a ameaça à vida. O modelo usado em El Salvador, então, se sobressai como uma solução rápida e efetiva à preocupação da população inflamada pelo punitivismo.

Segundo o *World Prison Brief*, publicado em 2024, com mais de 840.000 prisioneiros, o Brasil era o terceiro país com a maior população carcerária do mundo, atrás somente dos Estados Unidos e da China, respectivamente. Em entre-

vista ao **Contraponto**, a advogada criminalista, Ana Paula Caliman explica: “Encarcerar as pessoas em massa, sem um programa de ressocialização efetiva, dá uma falsa sensação de resolução do problema, porque a gente sabe que hoje o presídio é considerado a escola do crime”. Ela argumenta que as facções perdem força com mais projetos de formação. “Os presos que querem se ressocializar pedem para ter trabalho, para que tenham condições de, quando voltarem à sociedade, não voltarem para o crime.”

Políticas alternativas

Segundo o professor Acácio Augusto, “quanto mais o Estado aperta o torniquete da punição, mais a violência se intensifica”. O relatório do *The Sentencing Project*, iniciativa que defende projetos de segurança pública que minimizem o encarceramento e a criminalização de comunidades historicamente marginalizadas, recomenda cinco políticas para melhorar a segurança pública.

Para reduzir sentenças extremas e prisões em massa, o projeto propõe soluções de segurança comunitária, programas de interrupção da violência e melhorias no espaço público. Também recomenda que pessoas com dependência química ou em situação de rua sejam atendidas por equipes de saúde e assistência social, em vez de policiais. A proposta inclui ainda a descriminalização de infrações de pequena gravidade, como a vadiagem – cuja retirada da lista de contravenções é estudada pelo Senado brasileiro desde 2023, devido ao seu histórico racista e elitista de criminalização do desemprego. O relatório defende o fim da guerra às drogas, com a substituição da punição e da criminalização de usuários por políticas de redução de danos.

Todas essas propostas devem estar aliadas ao fortalecimento de oportunidades para a juventude e à justiça restaurativa. O *The Sentencing Project* defende políticas públicas como visitas de equipes de saúde da família, acesso à educação de qualidade, programas de mentoria e geração de empregos de meio período. A justiça restaurativa visa reparar o dano causado pelo crime por meio de um plano de responsabilização. Segundo o relatório, essa proposta gera mais satisfação para as vítimas e diminui a reincidência de crimes.



Presidente dos EUA, Donald Trump, ao lado de Nayib Bukele

Crise em Ceuta expõe tensão política sobre migração

Onda de migrantes adentra território espanhol na África pelo mar

Por Ana Julia Mira, Daniela Martinho e Larissa Viana

No final de julho de 2026, cerca de 70 mil migrantes vindos do Marrocos cruzaram a nado a fronteira do território espanhol de Ceuta, no norte da África. Segundo as autoridades espanholas, o número total de mortes chegou a 141. A chegada dessa população em massa ocasionou uma tensão humanitária e política que não envolve apenas Espanha e Marrocos, mas que revela uma fragilidade na questão da migração nos continentes europeu e africano.

O movimento migratório direcionado à Europa não é novidade, mas as condições em que Ceuta se encontra torna o episódio inédito. A história e relação dos dois países, recentes movimentações políticas e a rápida disseminação de informações, além de 72 mil pessoas chegarem na Espanha, são fatores que destacam essa crise.



© Antonio Sempere

Autoridades espanholas estimam que 72 mil entraram em Ceuta. 70 mil já retornaram ao Marrocos

Contexto histórico da região

Depois de séculos de diferentes domínios desde que o local foi descoberto, hoje a cidade de Ceuta compõe, junto à Melilla, os dois enclaves espanhóis na África. As duas regiões ficam na divisa com o território marroquino e são parte do país europeu desde o século XV. Inicialmente os quase 19 km² que formam Ceuta, foram disputados por Portugal e Espanha, mas Marrocos reconheceu o domínio da coroa portuguesa.

No século XVI a unificação das duas coroas gerou a União Ibérica e, depois de 60 anos, quando Portugal tornou-se independente, a própria população ceutense optou por permanecer parte da Espanha. O pesquisador Paulo Rezzutti afirma, em

entrevista à BBC, que a decisão decorreu do uso cotidiano de produtos espanhóis pela população local e pela proximidade geográfica da cidade com a Espanha.

No período do neocolonialismo, mesmo com a chegada dos franceses e domínio dos ingleses em diversos países africanos, incluindo o Marrocos, a Espanha precisou se impor para manter Ceuta. Em 1956, Marrocos conquistou a independência e reivindicou os dois enclaves espanhóis como parte do seu território.

As duas regiões não são consideradas colônias pela Organização das Nações Unidas (ONU), e sim cidades autônomas da Espanha então, por mais que sejam territórios espanhóis, atuam com governo próprio.

Política migratória e reações à crise

O grande movimento migratório para a região ocorreu em um momento de debate acerca das políticas migratórias na Espanha e na Europa. Em janeiro de 2026, o governo espanhol aprovou a Regularização Massiva de Estrangeiros, uma medida que busca legalizar a residência de imigrantes em situação irregular no país e garantir direitos fundamentais.

Em entrevista ao **Contraponto**, a doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Ana Beatriz Manguiera afirma que uma das explicações para a crise em Ceuta no mês de julho pode ter sido essa legislação. “A percepção de uma maior abertura das fronteiras espanholas ou de uma política migratória mais permissiva pode ter atuado como um fator conjuntural de atração”, diz a pesquisadora.

Com o cenário na cidade, as leis migratórias espanholas sofreram mudanças. No dia 25 de agosto, a Espanha adaptou suas leis de asilo para se alinhar ao pacto da União Europeia, em vigor desde junho de 2026, que impõe um plano unificado entre os países e regras mais rigorosas.

Giorgia Meloni, primeira-ministra italiana, respondeu à crise com a suspensão do acordo de livre circulação de Schengen. O presidente da França, Emmanuel Macron, ordenou o reforço dos controles na divisa com o território espanhol. Vinte e dois países da União Europeia (UE) assinaram uma carta para cobrar ação imediata de controle da crise, por meio do fortalecimento de fronteiras e revisão de políticas

© Adri Salido



Militar da Espanha e oficial da Guardia Civil contendo imigrante em Ceuta

atrativas, como a Regularização Massiva de Estrangeiros da Espanha.

Pedro Sánchez, primeiro-ministro espanhol, declarou em carta oficial direcionada à cúpula da UE que o posicionamento desses países parte de uma atitude “motivada por preconceito, notícias falsas, ignorância ou interesse político”, e que “no atual contexto internacional, a União Europeia não pode se dar ao luxo desse tipo de reação egoísta, polarizadora e ilegal”.

No dia 27 de agosto, manifestantes ceutenses bloquearam a passagem de veículos da Cruz Vermelha que abasteceriam imigrantes remanescentes no enclave, além de invadirem os acampamentos, que resultaram em um confronto policial. Protestos de habitantes da região contra os imigrantes escalaram para um confronto policial, após a invasão de acampamentos. Frente à tensão, Fernando Grande-Marlaska, ministro do Interior da Espanha, pediu calma e declarou que “a violência não é a solução”. A posição do governo espanhol de defesa aos direitos humanos dos imigrantes é amplamente criticada pela direita, tanto da Espanha quanto da Europa, que utilizam a crise como combustível para pautas anti-imigração.

Redes Sociais

As redes sociais tiveram papel relevante na crise migratória. Publicações no Facebook divulgaram informações sobre possíveis travessias entre Marrocos e Ceuta, o que incentivou novas tentativas de chegada à Espanha. A rapidez de disseminação desse conteúdo alimentou a expectativa de fronteiras mais flexíveis.

O governo marroquino atribuiu a crise à disseminação de informações falsas, à atuação de redes de tráfico humano e à interpretação equivocada de uma decisão judicial espanhola sobre repatriação de migrantes interceptados no mar.

Para Ana Beatriz essa circulação de informações pode ter influenciado diretamente as decisões de quem pretendia atravessar. Segundo ela, quando uma informação verdadeira ou falsa alcança muitas pessoas rapidamente, pode impulsionar fluxos migratórios, fenômeno também observado na Primavera Árabe.

Quando a cidade avança, a fauna perde espaço

Expansão urbana e desmatamento fragmentam habitats e intensificam os conflitos entre animais silvestres e seres humanos

Por Eduarda Amaral, Luis Henrique Oliveira e Kaleo Ferreira

Uma onça-parda entrou em uma casa na Serra da Cantareira, na Zona Norte de São Paulo, e atacou um pitbull na madrugada de 6 de agosto. O cachorro Ragnar ficou ferido, levou 32 pontos na cabeça e precisou passar por cirurgia de emergência. Câmeras de segurança registraram o felino circulando pelo condomínio, e o animal voltou a ser visto na região no dia seguinte.

O episódio chama atenção para um problema que vai além do encontro entre um animal doméstico e um silvestre: a redução dos espaços naturais e o avanço das áreas urbanizadas sobre territórios utilizados pela fauna. Na Serra da Cantareira, áreas de Mata Atlântica convivem com bairros, estradas e estruturas construídas pelo ser humano.

A expansão urbana modifica a paisagem e reduz os locais disponíveis para que os animais encontrem alimento, água e abrigo. A construção de ruas, rodovias e imóveis, também divide áreas de mata contínua. Esse processo, conhecido como fragmentação de habitat, dificulta a circulação dos animais e pode isolar populações.

De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a perda e a fragmentação do habitat provocadas pela expansão urbana e agropecuária, estão entre as principais ameaças à onça-parda na Mata Atlântica. Caça, queimadas e mortes causadas por conflitos com seres humanos também aparecem entre os riscos enfrentados pela espécie. No Brasil, cerca de 475 milhões de animais são atropelados por ano, um óbito a cada 15 segundos, conforme estimativa do Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas (CBEE), da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Segundo Reinaldo Dias, especialista em Ciências Ambientais, essa situação deverá se tornar mais frequente, visto o aumento expressivo da vida silvestre nas grandes metrópoles. Ele explica que o medo e a desinformação ampliam o conflito, alguns animais que podem ser retirados com segurança, se tornam alvos de perseguição e são mortos, já outros recebem alimento de moradores e retornam em busca de comida.

“O melhor caminho é evitar a aproximação, não oferecer comida e acionar os órgãos responsáveis quando houver risco. A convivência não significa transformar animais silvestres em animais de estimação, mas organizar a cidade para reduzir situações perigosas para ambos”, conclui.

Os números ajudam a dimensionar o problema. Um levantamento do MapBio-mas, mostra que a Mata Atlântica perdeu cerca de 10,5% de sua vegetação nativa entre 1985 e 2024, o equivalente a aproximadamente 3,6 milhões de hectares. No período, a área de floresta passou de 34,1 milhões para 30,5 milhões de hectares.

O problema não se restringe a esse bioma. A perda de vegetação nativa acontece em diferentes regiões do Brasil e afeta todas as seis formações vegetativas. Em 2025, o país registrou 984,8 mil hectares de desmatamento. Com a redução dos habitats, animais silvestres passam a ocupar áreas próximas das cidades, o que aumenta os riscos de interação com seres humanos. Para o médico-veterinário e professor da Universidade Nove de Julho, João Gabriel Zerba Corrêa, esse é um dos impactos mais críticos sob a ótica veterinária.

De acordo com ele, a destruição do habitat promove um contato antinatural, o que favorece a transmissão de doenças. Ao perderem seus territórios, muitas espécies passam a dividir espaço com animais domésticos e seres humanos, e isso cria condições para o que a ciência chama de *spillover*. Esse efeito é um “transbordamento” de vírus, bactérias e parasitas da natureza para as cidades, o que amplia a propagação de zoonoses como raiva, febre amarela e leishmaniose.



Capivaras no Parque Tingui em Curitiba

O professor cita alguns casos que ilustram esse processo em São Paulo. As capivaras se adaptaram às margens de rios urbanos e periurbanos, mas atuam como hospedeiras do carrapato-estrela, vetor da bactéria causadora da Febre Maculosa Brasileira, doença que pode ser letal quando não tratada a tempo.

O especialista também aponta a aproximação de mosquitos silvestres dos centros urbanos à medida que o desmatamento avança.

É o que ocorre com a Febre Amarela: nas bordas das cidades, macacos como os bugios costumam adoecer e morrer antes dos humanos, como uma espécie de alerta natural. Eles não transmitem o vírus diretamente às pessoas, mas sua morte sinaliza aos órgãos de vigilância que o patógeno já circula na região.

Entre as ações para reduzir esses impactos estão os corredores ecológicos, que são faixas que ligam áreas verdes separadas pela urbanização. Isso permite que “a fauna silvestre circule e se reproduza sem precisar atravessar rodovias, o que reduz drasticamente os atropelamentos e o contato indesejado com residências”, como explica o veterinário.

As Áreas de Preservação Permanentes (APPs), também são importantes para a recuperação da flora e da fauna. Quando respeitadas, ajudam a reduzir enchentes, erosões e deslizamentos, além de melhorar a qualidade da água e diminuir o calor.

Um exemplo é a borboleta *Actinote zikani*, espécie rara que desapareceu por meio século e hoje está restrita a uma pequena faixa no alto da Serra do Mar, em São Paulo. Sua sobrevivência depende de uma única planta hospedeira conhecida, a *Mikania obsoleta*, o que evidencia como a manutenção da APP é o que garante sua sobrevivência.

“Assim como uma cidade precisa de ruas, sistemas de drenagem e saneamento, também necessita de rios protegidos, vegetação e espaços conectados”, afirma Dias. Isso ressalta a importância de compreender essas áreas como parte da infraestrutura urbana, essenciais para cidades mais seguras e preparadas para as mudanças climáticas.

Na Serra da Cantareira, o encontro entre a onça-parda e Ragnar expõe uma realidade que se repete à medida que a cidade ocupa novos espaços. Mais do que um episódio isolado, o caso revela os efeitos da perda e da fragmentação dos habitats. Preservar áreas verdes e conectar fragmentos de mata são medidas essenciais para diminuir esses conflitos e tornar possível uma convivência mais segura entre a vida urbana e a silvestre.

Quem mora onde o desastre começa

Debate na PUC-SP reúne Marina Silva, Sônia Guajajara e Ediane Maria para discutir as desigualdades diante da crise climática

Por Gianna Flores, Maria Clara Palmeira e Maria Eduarda Cepeda

Uma chuva torrencial não escolhe onde vai cair, mas seus efeitos estão longe de serem distribuídos igualmente. Para quem vive em uma encosta sem moradia segura, em uma periferia sem saneamento ou em um território indígena ameaçado, a crise climática pode significar uma ameaça muito mais próxima e real. Em 2023, por exemplo, 3,9 milhões de pessoas viviam em 13.297 áreas de risco no Brasil, segundo dados do Serviço Geológico do Brasil (SGB). Desse total, cerca de 4 mil localidades eram classificadas como de “risco muito alto”, sujeitas a deslizamentos e inundações.

Foi a partir dessa perspectiva que Marina Silva, Sônia Guajajara e Ediane Maria se encontraram na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), em agosto, para discutir os caminhos de uma transição ecológica que também significa uma transição social. Sob o tema “Racismo ambiental, justiça climática e economia para a vida”, o encontro colocou no centro do debate uma pergunta: quem sofre primeiro e mais intensamente quando o clima muda?

Sônia Guajajara abriu o debate e, antes de transformar a discussão em números ou propostas de políticas públicas, a deputada partiu de uma ideia que se manteve durante todo seu discurso: ninguém nasce vulnerável. Ou seja, a vulnerabilidade não é um atributo natural das populações, mas um resultado de desigualdades. Para a deputada, as respostas do poder público aos impactos da crise climática precisam considerar os conhecimentos e as estratégias já desenvolvidas por quem habita os territórios indígenas. Segundo Guajajara, as políticas de adaptação não podem ser definidas apenas de acordo com o que o governo considera mais conveniente e barato, mas de acordo com as necessidades apresentadas pelas próprias comunidades.

Para isso, ela defende a consulta livre, prévia e informada como um instrumento para garantir a participação indígena na formulação de políticas públicas. Entretanto, a medida, prevista para decisões que afetam povos indígenas, ainda encontra dificuldades para ser respeitada. “O poder público ainda não entende as formas de adaptação que já existem dentro do território. E como podemos garantir que as adaptações feitas ali sejam aquelas que as próprias comunidades realmente consideram necessárias, e não aquelas que o governo acha que são mais baratas?”, questiona. Apesar dos impasses,

Guajajara considera que houve avanços no diálogo entre governo e movimento indígena nos últimos anos.

Essa perspectiva também muda a forma de pensar sobre as políticas climáticas. Valorizar o conhecimento produzido nos territórios também significa reconhecer a importância dos povos indígenas na construção de respostas à crise do clima. Mas, para Sônia, isso significa ir além de enxergar esses povos como populações que precisam receber ajuda diante de uma emergência, eles devem participar da elaboração das respostas. A diferença parece pequena no discurso, mas é fundamental na prática: uma comunidade que conhece o comportamento de seus rios, da floresta e do território pode ter uma leitura dos riscos que não aparece em um projeto produzido distante dali.

Por outro lado, a experiência de Ediane Maria aproxima essa discussão da realidade das periferias urbanas. A primeira empregada doméstica a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo (ALESP), levantou dentro do espaço institucional questões que, segundo ela, fazem parte da realidade de milhões de mulheres periféricas. Assim, sua trajetória passou a representar dentro da Assembleia, a entrada de uma perspectiva que historicamente sempre esteve do lado de fora das decisões políticas.

Em entrevista ao **Contraponto**, Ediane contou que, quando chegou à ALESP,

a sua própria presença provocava um estranhamento. “Obviamente que, naquele momento, as pessoas imaginaram mil coisas. Os 93 deputados, primeiro, se assustaram. Nunca tinham visto uma pessoa com quem lidavam diariamente, que fazia a comida, cuidava dos filhos, limpava a casa, passava os ternos, chegar ali e estar à mesa debatendo sobre política e fazendo política de um jeito diferente”, relatou.

A partir dessa experiência, ela também traça um paralelo entre o meio ambiente, a moradia e a desigualdade. Para a parlamentar, retirar direitos e mudar o modo de vida de comunidades que protegem nascentes e florestas, produz impactos que ultrapassam os limites desses territórios. A preservação da água e das florestas, explica, está ligada ao abastecimento de outros locais no país. As comunidades que vivem nessas áreas, desempenham um papel importante nos ciclos da água e nas condições que favorecem as chuvas. Sem elas, os impactos podem chegar às cidades e afetar até mesmo o acesso à água nas torneiras.

Nesse contexto, Ediane reforça uma dimensão central do racismo ambiental: os impactos de decisões tomadas sobre determinados territórios não ficam restritos apenas a eles, mas recaem de maneira completamente desigual sobre populações que já precisam enfrentar condições precárias de moradia e acesso a serviços públicos. O desastre, assim sendo, não



O debate também aproximou diferentes gerações e experiências. Ao lado das palestrantes, participantes do encontro que acompanharam a discussão sobre racismo ambiental e justiça climática

© Manoella Marinho

começa necessariamente quando a chuva cai, mas antes com a falta de infraestrutura, de planejamento e de políticas capazes de reduzir a exposição de determinados grupos aos riscos climáticos.

A deputada relacionou essa realidade à própria trajetória na periferia de São Paulo. Segundo ela, após anos vivendo em condições precárias, foi ao conhecer o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), em 2017, que passou a compreender a moradia enquanto direito, e não como uma condição individual a ser simplesmente aceita. Antes disso, conta ter naturalizado a ideia de que aquele era o destino que lhe cabia.

A luta por moradia mudou essa percepção e ampliou sua compreensão sobre o direito à cidade. Ela passou a perceber que morar na periferia é muito mais do que estar distante do centro. É também viver com a falta de creches em período integral, de parques e espaços de lazer para levar os filhos, sem contar as dificuldades de transporte e a falta de infraestrutura adequada. A desigualdade ambiental se soma, assim, a uma série de outras ausências, não apenas o lugar onde a pessoa mora, mas tudo aquilo que o Estado deixou de garantir naquele local.

A deputada estadual também faz um alerta sobre a situação de comunidades que nem sequer possuem Código de Endereçamento Postal (CEP) e periferias em São Paulo, onde famílias vivem há décadas sem documentação regular de suas casas. São pessoas que, mesmo estando presentes fisicamente no território, constroem suas vidas ali, permanecem invisíveis para grande parte das políticas públicas. Assim, a falta de um endereço formal se torna mais um método de exclusão, sem reconhecimento territorial, fica muito mais difícil exigir infraestrutura, saneamento básico e proteção.

Essa invisibilidade ganha ainda mais força quando ocorre um desastre. Segundo Ediane, as periferias só são lembradas pelo poder público quando há mortes. Foi nesse contexto que, na ALESP, ela questionou até quando a capital paulista e o país continuarão ignorando essa discussão: “Não é justo que nós ainda continuemos a viver numa sociedade onde uma mãe não dorme à noite se sabe que vai chover. Ela sabe que a sua casa pode não suportar e que precisa procurar um mecanismo, um jeito para sobreviver com os seus filhos”, completa.



© Manoella Marinho

Marina Silva, Sônia Guajajara, Ediane Maria e o professor Portugal durante o fechamento do evento

A experiência vivida por Ediane nas periferias paulistanas ecoa na análise de Marina Silva, que amplia a discussão para as diferentes camadas de vulnerabilidade produzidas pela crise climática, ela aponta um desafio que ultrapassa as políticas nacionais. Em entrevista ao **Contraponto**, falou sobre o que ainda falta para que o racismo ambiental seja reconhecido como um elemento estruturante das políticas climáticas.

A ex-ministra afirmou que apesar do Brasil já trabalhar com os conceitos de racismo ambiental e justiça climática, a discussão ainda não alcançou o mesmo reconhecimento nos fóruns internacionais. De acordo com ela, por mais que a justiça climática já seja um conceito consolidado, o racismo ambiental ainda não é formalmente incorporado nos debates pelas Nações Unidas. Apesar disso, Marina destaca esforço para integrar populações afrodescendentes nas discussões da COP 30.

Marina afirma que a inclusão dessas populações nas pautas internacionais sobre clima e biodiversidade representa um avanço nesse processo. A ministra citou uma articulação iniciada na COP 16, na Colômbia, e que avançou até a COP 30, no Brasil. O conceito “racismo ambiental”, segundo ela, tem ganhado espaço sobretudo

entre países da África, Ásia e América do Sul, regiões que sofrem de maneira desproporcional os efeitos da crise ambiental.

Ao longo do evento, a ex-ministra abordou a ideia de que a justiça climática precisa ser para todos, e que não podemos esquecer das desigualdades que ainda permeiam o cenário do Brasil. Pessoas negras, indígenas, mulheres e moradores de regiões periféricas são vistos nesse contexto como grupos que carregam várias camadas de vulnerabilidade. Para ela, entender essas diferenças é essencial para que as políticas públicas não tratem a crise como se todos estivessem na mesma situação.

Marina explicou que uma pessoa indígena tem uma pegada de carbono bem menor do que alguém que mora em uma área urbana, mas, mesmo assim, as comunidades indígenas são as que mais sofrem com incêndios, chuvas fortes e ondas de calor. A floresta protegida em seus territórios ajuda a conter a crise climática, mas também é o local de conflitos, invasões e pressões econômicas. “Tem uma dupla injustiça climática, porque os indígenas não contribuíram para o problema, pelo contrário, eles ajudam a amenizar, mas são quem paga a maior consequência”, completa.



© Manoella Marinho

Após o encontro, os palestrantes aproveitaram para conversar e trocar ideias com os alunos presentes

Uma Rua não tão Augusta: quando a gentrificação transforma a vida paulistana

Como um dos berços históricos culturais de São Paulo sofre diariamente com os impactos sociais e econômicos decorrentes da verticalização urbana

Por Anna Sofia Carsughi, Iasmim Silva e Olívia De Melo

Entre os anos 1950 e 1960, a Rua Augusta era uma das vitrines da elite paulistana, com galerias de luxo, hotéis cinco estrelas, teatros e cinemas concorridos. A virada veio no fim dos anos 1960, quando o trânsito, a violência crescente e a chegada dos *shopping centers* afastaram esse público. A fuga da elite abriu espaço para uma nova Augusta – entre os anos 1970 e o início dos anos 2000, a rua se tornou território de motéis, bares e prostíbulos.

Uma cidade que arranha os seus

Com o crescimento acelerado da verticalização, algumas regiões de São Paulo passaram por profundas transformações em sua paisagem e em sua dinâmica cultural. A mudança não se resume à arquitetura, ela também altera quem ocupa esses espaços, quais atividades permanecem e que tipo de centro urbano se constrói. Mais do que uma mudança física, o processo produz efeitos socioculturais e contribui para o esvaziamento de uma cena underground que marcou a vida paulistana durante décadas.

Entre os fenômenos que ajudam a explicar essa transformação está a gentrificação, processo socioespacial associado à valorização de determinadas áreas e ao consequente aumento do custo de vida. À medida que os preços sobem, moradores e atividades tradicionais são expulsos ou perdem espaço para grupos com maior poder aquisitivo. “A segregação, de forma geral, é o processo pelo qual a sociedade reserva as melhores áreas das cidades para um grupo social específico que, no caso brasileiro, é a população de renda alta/média e branca”, afirma Alex Sartori, arquiteto e urbanista da Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU).

Apesar disso, ele diz que a definição de gentrificação não possui tanta clareza e que atualmente o termo é utilizado de maneira imprecisa, sem a real verificação e comprovação de que haja essa mudança dos grupos sociais.

Ao dialogar diretamente com a especulação imobiliária, a gentrificação fez da Rua Augusta um cenário vivo desse processo. Segundo o relatório do mercado Binswanger Brasil, o valor médio de um terreno na Augusta cresceu de R\$ 34.191/m² em 2020 para R\$ 42.700/m² em 2025, resposta direta ao fenômeno da valorização da região. Além do aumento desproporcional do preço da área, a gentrificação do espaço e a queda da movimentação cultural fizeram da região um local mais violento e perigoso. De acordo com levantamento do Atlas Dados baseado em registros da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo.

Sartori completa dizendo que a gentrificação é, sobretudo, o impacto social. Para ele, o que os governos devem fazer é mitigar a dimensão do fenômeno. Políticas de habitação social são fundamentais, mas elas devem ser acompanhadas de outras medidas, como controle do preço da terra, políticas de desenvolvimento econômico e urbano. É, portanto, um esforço multidisciplinar.

Dessa forma, a verticalização, por si só, não precisa significar o fim da vida cultural de uma cidade. Se torna parte de um processo de gentrificação quando a valorização imobiliária e a transformação do perfil da região passam a determinar quais atividades encontram espaço e quais memórias são preservadas. É nesse terreno de mudanças que a Augusta continua sendo uma rua em disputa. Entre novos empreendimentos, sobrevive também aquilo que não se consegue demolir tão facilmente: a memória de uma rua que, por décadas, foi espaço de encontro, transgressão e liberdade. Ainda assim, a atual Rua Augusta é um fantasma do que foi um dia.

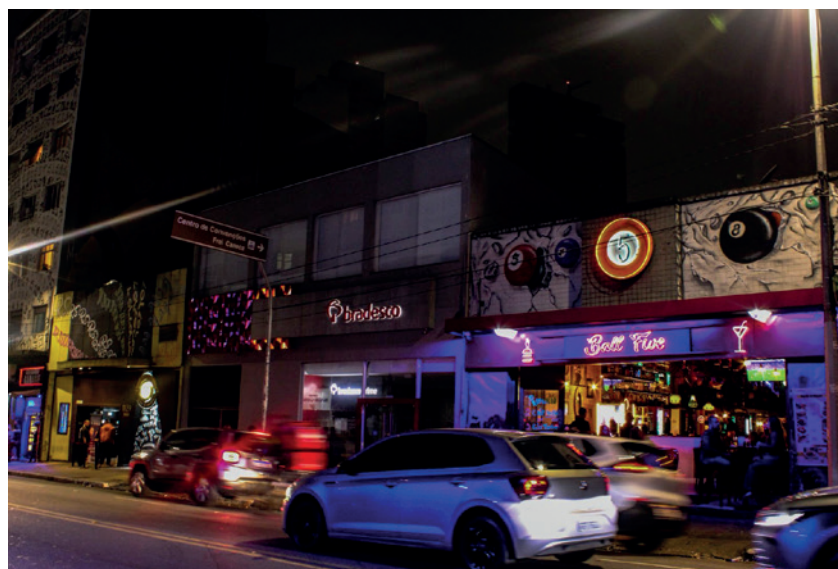


© Rogério Cassimiro/Folhapress

Boates antigas da Rua Augusta

Dessa decadência nasceu, paradoxalmente, um mito: artistas e boêmios se aproximaram do universo marginal, passaram a retratá-lo e ajudaram a construir um imaginário que, a partir de meados dos anos 2000, atraiu casas noturnas e transformou o trecho no que ficaria conhecido como “Baixo Augusta”. Hoje o espaço cultural e a vida noturna ainda existem, mas de forma diferente do que é recordado pelos antigos moradores.

Atualmente, as calçadas badaladas são ocupadas por igrejas neopentecostais, apartamentos de curta temporada e espaços desocupados. Para quem frequenta o local há anos, a transformação é sinônimo de abandono, tanto de incentivos culturais quanto comerciais. O morador local e ambulante Anderson Ferreira comenta que “estão querendo fazer da Rua Augusta uma rua de moradores normais”, e essa seria a principal causa do declínio da vida boêmia na região. Ele também relata que há 30 anos as coisas eram muito diferentes, a rua possuía uma fama no país inteiro. Para Ferreira, a região deveria ser um patrimônio cultural da cidade.



© Olívia De Melo

Rua Augusta em 2026

Como os padrões estéticos impactam o envelhecimento da mulher brasileira?

Entre a pressão social e a busca pela juventude, mulheres enfrentam desafios para aceitar as transformações naturais do corpo e ressignificar o envelhecimento

Por Beatriz Paulino, Chiara Abreu e Olivia Ferreira

O envelhecimento é um processo que enfrenta cada vez mais barreiras estéticas. Rugas, cabelos brancos, pele flácida e outras mudanças naturais do corpo muitas vezes são tratadas como características que precisam ser escondidas ou corrigidas. Esse padrão aparece na publicidade, na televisão e nas redes sociais, que frequentemente associam a aparência jovem à beleza e sucesso.

Para as mulheres, a cobrança tende a ser ainda maior. De acordo com a pesquisa “Tudo no Seu Tempo”, realizada pela companhia de beleza ‘État Pur’ em parceria com o Instituto Plano de Menina, 93% das jovens entre 18 e 24 anos já tiveram vontade de realizar algum procedimento estético ou cirurgia plástica. A pressão para preservar uma aparência juvenil transforma sinais naturais da idade em motivos de insegurança. A busca por cremes, tratamentos dermatológicos, procedimentos estéticos e cirurgias pode representar escolhas individuais, mas muitas vezes está relacionada ao desejo de corresponder às expectativas do ideal feminino impostas pela sociedade. Portanto, cuidar da aparência deixou de ser apenas uma questão de bem-estar e assumiu o papel principal na prevenção do envelhecimento.

Os impactos vão além da aparência física e atingem a autoestima e a saúde emocional. Segundo a pesquisa, 71% das jovens se comparam com frequência ou o tempo todo e 66% já mudaram comportamentos, hábitos ou objetivos por influência das redes sociais. A comparação com figuras idealizadas, especialmente online, contribui para o aumento da insatisfação com o próprio corpo e dificulta a aceitação das transformações naturais provocadas pela idade. Em entrevista ao **Contraponto**, a influenciadora digital Flora Irajá, de 64 anos, conta sobre os desafios de ser uma criadora de conteúdo na terceira idade: “A sociedade nos cobra muito e, depois dos 60 anos, as pessoas te julgam e querem que você fique esticada e malhada para sempre. Então, se a gente realmente escuta isso, ficamos presas numa escravidão. As mulheres mais maduras precisam entender que tudo que é exigido não faz parte do nosso mundo.”

Nesse contexto, envelhecer no universo feminino envolve a maneira como as transformações naturais do corpo são interpretadas pela sociedade. O envelhecimento deixa de ser compreendido apenas como uma etapa da vida e passa a ser tratado como um problema a ser enfrentado,

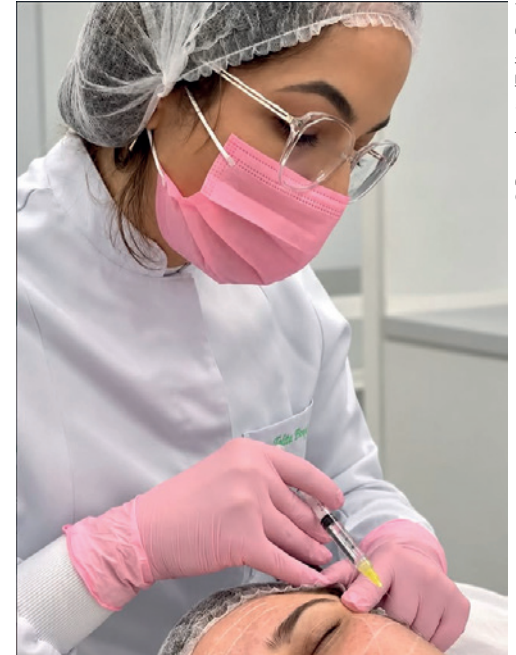
criando uma pressão constante para que as mulheres mantenham uma aparência jovem mesmo com o passar dos anos. “Hoje, as mulheres idosas precisam se preocupar com a saúde, com o corpo, mas não com a aparência, e sim com cuidados preventivos e exercícios físicos. O envelhecimento não é quando seu corpo muda, e sim quando você para de sonhar. Isso, sim, acaba com a vida”, finaliza Irajá.

Esse fascínio pela vaidade e pela aparência jovem no mundo contemporâneo foi ampliado pelo universo da medicina e da ciência. Esse fenômeno reflete no aumento de procedimentos estéticos e cirúrgicos destinados a combater os sinais da idade. Segundo o *ranking* da Pesquisa Global Anual sobre procedimentos estéticos e cosméticos, realizada pela Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (Isaps), o Brasil é o segundo país que mais realiza intervenções corporais e faciais, ficando somente atrás dos Estados Unidos.

Esse aumento dos procedimentos estéticos desencadeia uma série de consequências para as futuras gerações. A pressão estética oriunda das redes sociais é sustentada pela chamada “indústria da beleza”, tornando esses padrões cada vez mais irreais e mais custosos de serem atingidos. Neste contexto, Talita Bovi, engenheira biomédica, especialista em medicina estética e cosmetóloga, ressalta a importância de preservar a individualidade diante do que é imposto pela sociedade: “A estética deve ajudar a mulher a se sentir bem sem fazer com que ela perca a própria identidade”.

Com o objetivo de ampliar o consumo e vender a imagem de um “corpo perfeito”, a indústria transforma o cuidado excessivo com a aparência em uma suposta necessidade, lucrando com inseguranças e alimentando o desejo por um padrão estético muitas vezes inalcançável. “Quando a mulher vê essa imagem modificada todos os dias, pode começar a considerá-la normal e acreditar que aquele resultado também seria possível na vida real”, afirma a engenheira. A imagem que se tem das redes sociais é de um estereótipo irreal, em que não é mostrada a realidade por trás desses corpos “perfeitos”. Tais corpos que, majoritariamente, se baseiam em cirurgias plásticas, procedimentos de última tecnologia, restrições alimentares, dentre outros recursos inacessíveis para mulheres comuns, que trabalham, estudam, cuidam de um lar ou vivem uma rotina trivial.

A frustração de não chegar ao corpo desejado de forma natural, transtornos alimentares e a não-aceitação de suas características são exemplos de algumas consequências que as mulheres acabam



Procedimentos estéticos, como botox e preenchimentos, estão entre as alternativas mais buscadas por mulheres para amenizar os sinais do envelhecimento

sofrendo pela pressão idealizada por uma sociedade carregada de estigmas da imagem feminina. “Para mim, o cuidado estético deve dar mais liberdade e confiança à mulher. Quando ele se transforma em uma cobrança sem fim, deixa de ser cuidado e passa a ser um aprisionamento”, revelou Bovi.

O acesso a esse envelhecimento idealizado pelas redes sociais não é para todas. Enquanto algumas podem buscar tratamentos inovadores e produtos milagrosos, outras não possuem verba para arcar com esse tipo de custo. Uma única sessão de microagulhamento pode chegar a R\$1.200. O tratamento completo, que em média consta com 5 sessões, pode chegar a R\$ 6 mil, um orçamento fora da realidade da maioria das brasileiras. Além disso, esses padrões instaurados nas redes sociais seguem um padrão histórico de enaltecimento de características brancas, desvalorizando o envelhecimento de mulheres negras.

A pressão estética não se limita às telas dos celulares. Na televisão, mulheres mais velhas são pouco apresentadas e, quando aparecem, representam a senilidade ou têm a aparência rejuvenescida, incitando a sensação de necessidade de suavizar rugas e uniformizar a pele. Enquanto algumas personalidades brasileiras viram piada simplesmente por envelhecerem, outras, como Fernanda Montenegro e Glória Pires, mostram que é possível abraçar as marcas do tempo e permanecer em espaços de relevância na sociedade.

© Reprodução/Talita Bovi

A ascensão do conservadorismo entre os jovens brasileiros

Da política ao comportamento, valores tradicionais ganham espaço em uma geração marcada por discursos de liberdade e transformação

Por Juliana Hochman, Millene Guerra e Rebeca Spimpolo

Durante décadas, a juventude esteve associada à contestação, à quebra de padrões e à busca por mudanças sociais. Hoje, essa relação ganha novos contornos. Em um cenário marcado pela hiperconexão, pela polarização política e por incertezas em relação ao futuro, discursos conservadores passaram a conquistar espaço entre os jovens e extrapolaram a esfera eleitoral, alcançando debates sobre comportamento, família, relacionamentos e gênero.

Pesquisa Datafolha realizada em dezembro de 2025 aponta que, entre os brasileiros de 16 a 24 anos, 26% se posicionam à direita, 30% ao centro e 16% à esquerda. Os números ajudam a dimensionar uma transformação que também se manifesta nas redes sociais e nos hábitos de uma parcela dessa geração. Afinal, o que leva jovens a se aproximarem de valores tradicionalmente associados ao conservadorismo?

Em entrevista ao **Contraponto**, o sociólogo e professor Lorenzo Pellegatti, formado em Ciências Sociais pela PUC-SP, afirma que o fenômeno deve ser observado dentro de um contexto mais amplo de polarização. “A gente vive uma sociedade de extremos. A sociedade é extremista para um lado ou para o outro. O Brasil é um país rachado, o Brasil é um país muito delicado”, avalia.

A nova onda conservadora

O conservadorismo é tradicionalmente associado à preservação de instituições, costumes e valores consolidados e à resistência a determinadas transformações sociais. Na perspectiva do sociólogo Karl Mannheim, o pensamento conservador moderno ganhou forma no século XIX em reação às ideias revolucionárias e às mudanças provocadas pela modernidade. Mais do que permanecer inalterado, porém, ele se adapta às disputas políticas e culturais de cada período.

Nas últimas décadas, movimentos de extrema-direita ganharam força em diferentes países em meio a crises econômicas, instabilidade política e transformações culturais. Nos Estados Unidos, a eleição de Donald Trump em 2016 tornou-se um dos principais símbolos dessa reorganização política. Com o slogan *Make America Great Again* (“Torne a América grande novamente”), sua campanha mobilizou a ideia de recuperar valores e uma ordem social apresentados como perdidos.

No Brasil, a extrema-direita alcançou projeção eleitoral nacional com a candida-

tura de Jair Bolsonaro (PL) à Presidência em 2018. Sua campanha reuniu conservadorismo nos costumes, nacionalismo, oposição à esquerda e aproximação com segmentos religiosos, ao mesmo tempo em que temas relacionados a gênero, sexualidade e família passaram a ocupar posição central na disputa política.

É nesse ambiente que integrantes da geração Z, geralmente identificados como os nascidos entre o fim dos anos 1990 e o início da década de 2010, chegam à vida adulta. Para parte deles, a perspectiva de estudar, se formar e conquistar estabilidade profissional já não representa a mesma promessa atribuída às gerações anteriores. Dificuldades de inserção no mercado de trabalho e incertezas econômicas ajudam a compor esse cenário, enquanto alternativas como o empreendedorismo ganharam visibilidade, especialmente após a pandemia de Covid-19.

Para Pellegatti, a retomada de discursos conservadores pode estar relacionada também à insatisfação de parte da população com respostas políticas anteriores. Segundo ele, é necessário compreender “por que o conservadorismo voltou a ser trabalhado”, já que algumas pessoas podem ter se “cansado de ideologias que não mudam muita coisa em suas próprias vidas”. A afirmação, ressalta o sociólogo, parte de sua análise sobre comportamentos que observa nas redes sociais e entre jovens.

O algoritmo digital e a juventude

Se movimentos políticos dependiam, no passado, de partidos, jornais, televisão e organizações presenciais para alcançar grandes públicos, as redes sociais alteraram essa dinâmica. Para uma geração que cresceu conectada, *Instagram*, *TikTok* e *YouTube* se tornaram também espaços de informação, formação de identidade e contato com discursos políticos.

Os algoritmos dessas plataformas recomendam conteúdos a partir do comportamento dos usuários, o que pode ampliar a exposição a determinados temas e perspectivas. A repetição de conteúdos semelhantes ajuda a criar comunidades de identificação e pertencimento e pode intensificar ambientes de polarização. Foi também nesse ecossistema que setores da chamada “nova direita brasileira” encontraram espaço para disseminar discursos conservadores, críticas ao progressismo e defesas de valores tradicionais.

Isso não significa, porém, que os algoritmos sejam responsáveis, isoladamente, pelas posições políticas dos jovens. As redes funcionam como espaços de disputa, nos quais discursos distintos circulam, competem por atenção e são impulsionados pela lógica de engajamento.

Pellegatti chama atenção justamente para essa ambivalência. Para ele, as redes sociais “contribuem tanto para manter esse processo vivo, mas também para você ter um combate a esse processo”. Ao mesmo tempo, considera que as plataformas desempenham um papel no retorno de valores conservadores devido à centralidade que adquiriram na vida cotidiana.

Nesse ambiente, políticos e influenciadores aprenderam a traduzir debates complexos para formatos curtos, provocativos e altamente compartilháveis. Um dos exemplos brasileiros é o deputado federal Nikolas Ferreira, que construiu forte presença digital ao abordar pautas de costumes e confrontar adversários políticos. Conteúdos sobre gênero, religião, família e comportamento tornam-se, assim, não apenas discussões políticas, mas também instrumentos de identificação entre influenciadores e seus públicos.

Masculinidade em crise e feminismo em alvo

O avanço de discursos conservadores nas redes também ultrapassa a política institucional. Debates sobre gênero e relacionamentos ganharam espaço em comunidades ligadas à chamada machosfera, ao movimento *Red Pill* e, em outra vertente, a conteúdos de *tradwives*, mulheres que apresentam nas redes um estilo de vida baseado em papéis tradicionais de gênero, com valorização da maternidade, do casamento e do trabalho doméstico.

A *machosfera*, segundo a ONU Mulheres, reúne diferentes comunidades digitais voltadas a discussões sobre masculinidade. Embora esses grupos não sejam homogêneos, parte deles dissemina discursos que associam masculinidade a poder, riqueza, aparência, conquista sexual e domínio nas relações com mulheres.

Para Pellegatti, compreender esse fenômeno exige separar duas ideias que muitas vezes aparecem como sinônimas. “Uma coisa é masculinidade, outra coisa é homem”, afirma. Enquanto o homem é um sujeito social, explica, a masculinidade corresponde a uma “construção cultural de como ser e agir como um homem”.

Essa construção ajuda a explicar por que determinados comportamentos continuam sendo avaliados de maneira diferente de acordo com o gênero. Segundo o sociólogo, características como virilidade, força, autonomia, iniciativa sexual e capacidade de “conquista” foram historicamente associadas aos homens. Nesse modelo, relacionar-se com várias mulheres pode funcionar como demonstração de prestígio masculino, enquanto comportamentos semelhantes praticados por mulheres recebem julgamentos distintos.

Pellegatti também chama atenção para os efeitos dessas expectativas sobre os próprios homens. Se mulheres foram historicamente submetidas a estruturas de desigualdade, padrões rígidos de masculinidade também impõem aos homens comportamentos específicos, como a dificuldade de demonstrar sentimentos. Expressões como “homem não chora”, segundo ele, exemplificam como meninos são socializados para estabelecer uma relação diferente com as emoções.

É nesse terreno que movimentos como o *Red Pill* encontram parte de sua audiência. Inspirado na metáfora do filme *Matrix* (1999), o termo foi apropriado por comunidades que afirmam oferecer aos homens uma espécie de despertar sobre as relações entre os gêneros. Em alguns desses espaços, conquistas feministas são interpretadas como perda de poder masculino, e discursos de ressentimento ou misoginia podem ganhar força.

O feminismo, nesse contexto, também se torna alvo recorrente. Pellegatti observa que movimentos feministas passaram historicamente a ser percebidos como ameaças quando começaram a reivindicar espaços antes reservados aos homens. Para ele, a reação está relacionada às mudanças provocadas pela ampliação da participação feminina na sociedade.

Ao mesmo tempo, o sociólogo contesta a ideia de que o feminismo, em sua origem, seja um movimento de hostilidade masculina. “O movimento feminista não nasce do ódio aos homens. Ele nasce

da necessidade da inserção das mulheres na sociedade vigente e da aceitação cultural dessas mulheres naquela sociedade”, afirma.

Nas redes sociais, porém, conteúdos mais extremos podem ganhar visibilidade e ser apresentados como representação de movimentos inteiros. Manifestações radicais ou provocativas circulam com facilidade e podem reforçar, entre alguns homens, a percepção de que o feminismo seria hostil a eles. Essa associação, segundo a análise do sociólogo, pode alimentar uma reação identitária na direção oposta e aproximar parte desse público de discursos conservadores.



© Ze Dossilva

“O humor é necessariamente político”

Em entrevista ao Contraponto, Gregório Duvivier aprofunda sua relação com a língua e o entretenimento

Por Luiza Passos e Vinicius Zini

A língua portuguesa guarda palavras capazes de expressar ideias que nem sempre encontram equivalentes exatos em outros idiomas. É o caso de “luar”, que nomeia o brilho da Lua, enquanto expressões como *moonlight* e *clair de lune* se aproximam do fenômeno sem carregar exatamente o mesmo sentido. O mesmo acontece com “capricho”: em outros idiomas, é possível falar em melhorar algo, mas não necessariamente em “caprichar”, palavra que, para Gregório Duvivier, também carrega uma ideia de generosidade.

Essas e outras particularidades da língua são exploradas por Duvivier no livro “Aos pés da letra”, inspirado na peça “O Céu da Língua”, também escrita pelo humorista. Em ambas as obras, o autor, por meio do humor e da sagacidade, declara seu amor à língua portuguesa e às “nomelogias” das palavras – termo criado pelo escritor para definir a ideia de que uma pessoa se torna o nome que lhe deram ou que escolheu.

Aos 40 anos, Duvivier é ator, comediante, escritor e um dos idealizadores do Porta dos Fundos. Com direção da atriz Luciana Paes, sua peça estreou em Lisboa em 2024, enquanto o livro chegou às livrarias em 2026. Nos dois trabalhos, o autor transforma as palavras em matéria-prima para a comédia.

Para quem conhece Duvivier pelo Porta dos Fundos e pela acidez de suas esquetes, “O Céu da Língua” apresenta outra possibilidade de seu humor, desta vez voltada à linguagem. O humorista, no entanto, não vê as propostas como opostas, mas como diferentes caminhos dentro da comédia: “Existem muitos humores possíveis. E eu gosto de transitar entre eles”. Essa experimentação também aparece no novo programa do Porta, o “Porta Palavra”, no qual cada palavra puxa a outra em uma poesia humorística que é, segundo Duvivier, “uma espécie de braço do Céu da Língua”.

É justamente ao transitar entre diferentes formas de humor que Duvivier exhibe uma de suas peculiaridades: converter um assunto que costuma ser tratado de maneira séria e, muitas vezes, pouco convidativa em uma experiência lúdica. A língua portuguesa, assim como o humor, também não cabe em uma única forma. Ela muda conforme o tempo, incorpora sotaques, atravessa fronteiras, inventa palavras

e até abandona algumas pelo caminho. Em “O Céu da Língua”, um assunto que poderia ser restrito aos livros de gramática transforma-se em brincadeira. As palavras são desmontadas, suas origens são exploradas e seus significados, colocados em jogo.

Esse fenômeno atravessa o oceano. Em Portugal, o humorista conta que não precisa adaptar a peça: “eu faço ela tal e qual, quase não mudo nada”. Brasileiros e portugueses compartilham a língua, mas não exatamente o mesmo modo de falar. Ainda assim, o humor consegue atravessar essa distância. Em entrevista ao **Contraponto**, o escritor conta que os portugueses consomem muito do humor brasileiro e vice-versa, e que “ver o nosso humor sendo compreendido lá me deixa muito feliz”.



Gregório Duvivier em cena do monólogo 'O Céu da Língua'

Mas, se a língua muda tanto, existe certo e errado?

Duvivier chama atenção para o preconceito linguístico no Brasil e para o modo como ele pode impedir algumas pessoas de se sentirem autorizadas a falar. “Tem gente que fala: ‘eu não sei falar bem português’. Mas é a sua língua, você nasceu falando, não é?”, questiona. Para o escritor, a língua portuguesa funciona como um marcador social, reproduzindo um sistema em que diferenças de classe transparecem por meio do julgamento sobre determinadas formas de falar.

“[...] muita gente não se sente empoderada a falar, a emitir sua opinião porque acredita que não fala o português correto.”

Um exemplo da linguagem como marcador social está exatamente no que chamamos de “erro”. Luís de Camões, conhecido como um dos grandes nomes da

língua portuguesa, escreveu “Frechas” e “Pranta” em seu clássico “Os Lusíadas”, formas que hoje são classificadas como incorretas, mas que já pertenceram ao que conhecemos por “norma-padrão”.

Se até Camões escrevia de um jeito que hoje seria considerado errado, a ideia de um português definitivo começa a perder sentido.

“As pessoas nem percebem que estão sendo preconceituosas quando elas falam coisas como [...] Ah, porque São Paulo fala o ‘S’ corretamente. Que ‘S’ corretamente?”

Em um país de escala continental como o Brasil, marcado por diferentes sotaques e culturas, não é possível estabelecer uma única variedade como absoluta. O português falado em determinada região não é mais ou menos legítimo por soar diferente.

Se determinadas formas de falar são valorizadas enquanto outras são deslegitimadas, questionar essas hierarquias também é uma forma de crítica. É por meio dessa quebra de expectativas que a linguagem pode deixar de apenas comunicar e passar a provocar o público.

Para Duvivier, o humor é necessariamente político porque o “fazer humor” é “sempre bater em algo ou alguém”. O autor afirma que a peça é política, mas de maneira sutil: “o que eu acho bom, porque, quando o humor é obviamente político, ele perde sua força”. Para ele, a força do humor está na forma como uma mensagem é apresentada, na maneira inesperada de abordar determinado assunto que permite que essa mensagem seja transmitida sem que o humor perca seu caráter de entretenimento.

“Quero resgatar a patuscada”

A relação de Duvivier com a língua também passa pelas palavras que ficaram no caminho. No livro “Aos pés da letra”, o autor conta que possui um grande carinho pelas palavras moribundas, referindo-se àquelas que “ainda não morreram, mas foram abandonadas: não caíram no gosto da nova geração”. É o caso de “patuscada”, termo usado para designar uma festa ou uma grande boeira, que o humorista afirma querer resgatar. Assim podem ser definidos os trabalhos recentes de Gregório Duvivier: uma “bagunça” com as palavras, ou, melhor dizendo, uma patuscada.

Diversidade ou segregação?

Novas categorias do Grammy dividem opiniões

Com cinco adições, a premiação de música alcançará a marca de 96 categorias em sua edição de 2027

Por Gabriela Dias, Isabelle Rodrigues e João Pedro Beltrame

A premiação americana, *Grammy*, se consolidou como uma das principais referências da indústria musical mundial. Conquistar uma de suas categorias representa reconhecimento e credibilidade para os artistas. Porém, apesar de seu prestígio, a tradicional cerimônia não escapou de polêmicas ao longo de sua história, especialmente relacionadas à representação de diferentes grupos e à organização de suas categorias.

Para 2027, a *The Recording Academy*, responsável pela organização do evento, anunciou cinco novas categorias: Melhor Performance de Música Pop Asiática; Melhor Canção Latina; Melhor Colaboração ou Performance de Duo/Grupo de R&B; Melhor Performance Vocal de Pop Tradicional e Melhor Álbum de Música Folclórica Tradicional.

Entre as novas categorias, duas chamam atenção pela dimensão internacional: Melhor Performance de Música Pop Asiática e Melhor Canção Latina. A criação dessas categorias levantou um questionamento já antigo na academia: a relação do *Grammy* com músicas produzidas fora do mercado norte-americano. A divisão de artistas de acordo com a língua estabelece critérios específicos para novos artistas que entram no mercado.

O debate ganhou força diante de acontecimentos da edição anterior da premiação, quando o cantor e compositor porto-riquenho, Bad Bunny, venceu a categoria de Álbum do Ano com *DeBíTiRAR MáS FOToS*. A vitória ocorreu em um momento de tensão para a população latina nos Estados Unidos, marcado por políticas de deportação e ações do Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE).

Anunciada em junho de 2026, a categoria Melhor Performance de Música Pop Asiática contempla músicas pop originárias ou reconhecidas nos mercados asiáticos, que incluem K-pop, T-pop, J-pop e C-pop. Para Mariana Pacheco, especialista em cultura coreana e doutora em Comunicação e Semiótica, o crescimento do K-pop integra um processo maior na indústria.

Pacheco afirma que o crescimento do gênero faz parte de um processo de “despolarização” da indústria cultural, que deixou de ter apenas os Estados Unidos e a Europa como centros de produção e consumo. “A cultura asiática está despontando e tomando um lugar que foi criado pelos norte-americanos”, ressaltou.

Apesar da popularidade internacional do gênero, nenhum artista de K-pop havia recebido individualmente um Grammy até



© Reprodução Acervo The Recording Academy

A premiação
completou
67 anos de
existência
em 2026

2026. O grupo BTS acumulou diversas indicações em categorias importantes, mas nunca chegou a vencer. Em 2026, *Golden*, faixa principal da animação KPop Demon Hunters, quebrou o ciclo e tornou-se a primeira produção coreana a conquistar uma premiação.

Em julho deste ano, o BTS anunciou que não enviará nenhuma das canções de seu novo álbum para ser avaliado pela Academia em 2027. A decisão ocorreu menos de um mês após a criação da Subcategoria Melhor Performance de Música Pop Asiática. A medida foi entendida pela indústria como um boicote, o que levou a Academia a retirar de sua galeria virtual as fotos e dedicatórias ao grupo.

Para Pacheco, a decisão representa uma disputa de poder entre o grupo e a premiação. “Não foi uma birra porque eles não ganham os prêmios. Eles não precisam mais disso. Eles sabiam que isso ia causar impacto, porque eles sabem que conseguem impactar”, explica.

Segundo a *The Recording Academy*, a nova categoria não impede artistas asiáticos de concorrerem às categorias gerais. O CEO do *Grammy*, Harvey Mason Jr, afirmou compreender e respeitar a decisão do BTS e defendeu que a categoria busca apenas reconhecer a diversidade e o crescimento da música asiática. Para a especialista, existe uma diferença importante entre a possibilidade formal de concorrer e a chance real de conseguir espaço nessas categorias, pois a simples existência de categorias específicas alteraria a percepção dos votantes sobre as obras avaliadas.

Após o boicote, a *The Recording Academy* passou a reconsiderar a nova categoria e iniciou discussões com representantes da indústria asiática sobre possíveis mudanças. “Os americanos não conseguem ver a posição de pop ser perdida por eles que criaram o pop. Isso também alimenta preconceitos, xenofobia e orientalismos”, afirma Pacheco.

A reação do BTS mostrou que ainda há uma questão a ser vista: quando o objetivo é alcançar reconhecimento em uma indústria global, ser reconhecido pela sua origem é suficiente ou o artista deveria ser considerado simplesmente como um artista?

Essa mesma lógica de enquadrar artistas em categorias fixas reaparece no cenário do hip hop. Em 2020, Tyler, the Creator venceu Melhor Álbum de Rap por *Igor*, um disco construído com elementos do soul, funk e pop, com pouquíssimo rap. Ainda assim, a Academia não encontrou outra gaveta para ele. Nos bastidores, o rapper disse estar dividido entre a gratidão e a impressão de que, sempre que um artista como ele foge das fronteiras de gênero, o prêmio insiste em devolvê-lo ao rap ou à antiga faixa *urban*. Historicamente, o termo já foi usado para agrupar gêneros costumeiramente associados à cultura negra, simplificando as obras e resumindo-as em um grupo comum.

O enquadramento funciona também como um teto. O rap raramente vence nas quatro categorias principais do *Grammy* — Álbum do ano, Gravação do ano, Artista Revelação e Canção do ano — e permanece, restrito às disputas do próprio gênero. Drake apontou esse mecanismo em 2017, quando observou que a música *Hotline Bling* foi indicada a Categoria de Melhor Rap. Segundo o cantor, a Academia “só conseguiu encaixá-lo” no rap, seja por seu histórico como rapper ou por ele ser um artista negro.

Diante disso, alguns dos maiores nomes do gênero deixaram de disputar a premiação. Em 2021, o cantor canadense, The Weeknd, anunciou que não permitiria mais que a gravadora inscrevesse suas músicas, após de *After Hours* ficar fora das indicações. O artista responsabilizou os comitês secretos da Academia pelo resultado. Em 2020, a instituição aposentou o termo *urban* e no ano seguinte, extinguiu os comitês secretos.

A Odisseia de Christopher Nolan revive o cinema épico

Poema homérico ganha superprodução em IMAX e estimula debates sobre os clássicos

Por João Palhares, Nícolas Beneton e Pedro Rossetti

O novo longa-metragem de Christopher Nolan chegou aos cinemas no mês de julho. Dessa vez, a película adapta uma das histórias mais famosas da humanidade: a Odisseia de Homero. O filme gerou debate desde que foi anunciado, principalmente por se tratar de um texto que tem uma conexão muito forte com o fantástico, com a presença de deuses, monstros e tantos outros seres mitológicos. Algo bem contrário a filmografia do diretor, que está associada a obras que prezam mais pelo realismo do que pela fantasia.

retornar para casa após enfrentar longos períodos de distância e diversos percalços.

Um aspecto que tem chamado muita atenção para a obra é sua gravação inteiramente com câmeras IMAX, algo inédito no cinema. Esse fator aumentou a procura do público por salas com esta tecnologia e levou os cinemas a disponibilizarem mais sessões, em horários inusitados, com salas sempre lotadas. No Brasil, há aproximadamente 12 salas de cinema com tecnologia IMAX, 3 delas em São Paulo. Entretanto, as salas com projeção 70mm, – considerada a forma mais indicada de assistir o longa – não existem no país. Ao redor do mundo, há apenas 41 salas com essa tecnologia.

O **Contraponto** entrevistou

Álvaro Allegrette, professor doutor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e especialista no período da Grécia Antiga. O professor explica que a escolha de produzir o filme em IMAX contribui para a obra. “A escolha do filme ser gravado inteiramente para Imax é muito benéfica para exibir a imensidão do mar e do mundo, mostrar que de fato Odisseu atravessou o mar para voltar a Ithaca com todas as dificuldades desse espaço”.

A adaptação de uma obra tão antiga para o cinema envolve, inevitavelmente, escolhas e

mudanças. No longa, Nolan apresenta sua própria interpretação da obra de Homero. “Acredito que o filme é bom, mas de fato, não é a Odisseia de Homero, é a Odisseia de Nolan, a sua interpretação da história e do personagem”, pontua Allegrette.

Uma das principais diferenças entre as obras está na construção do próprio protagonista. Enquanto o Odisseu de Homero encara suas ações durante a Guerra de Tróia principalmente como

demonstrações de astúcia e habilidade, na adaptação de Nolan, o personagem é apresentado sob uma perspectiva marcada pela culpa e pelo trauma provocado pela violência. Segundo o docente, essa dimensão psicológica não está presente na obra original, uma vez que o herói homérico não interpreta suas estratégias como atos de traição ou engano, mas como demonstrações de sua inteligência.

Para o especialista, adaptar a obra para o cinema também significa lidar com uma diferença fundamental entre as duas linguagens. “A dificuldade em adaptar um conto poético para o cinema está não só em adaptar palavras, mas principalmente o contexto em que está inserida cada palavra, pois o poema é um reflexo da época em que ele foi escrito”, explica. No cinema, aquilo que, no poema, pode permanecer sugestivo precisa, muitas vezes, ser transformado em imagem e ação.

Apesar das alterações no texto original, a produção pode ter um efeito positivo ao aproximar a antiguidade de um público que talvez nunca tenha tido contato com a obra de Homero. Allegrette entende que o filme pode despertar a curiosidade necessária para que o espectador procure entender e conhecer o período retratado, como aconteceu no passado, com muitos jovens estudando história por terem lido livros como Percy Jackson. Para Allegrette, o filme pode levar o público a buscar compreender a obra original e seu contexto histórico, em uma espécie de “efeito cascata”.

Para além de uma reprodução fiel da obra de Homero, a adaptação de Nolan mostra que histórias como essa atravessam séculos justamente por serem capazes de ganhar novos significados. Ao levar a obra novamente às telas, o cinema insere a narrativa em um novo contexto histórico e cultural, revelando as preocupações do período em que é produzido. Entre deuses, monstros, guerras e viagens, a história continua a renascer, encantando novas gerações, sem substituir a obra original.



© Reprodução/Universal Pictures

Christopher Nolan reúne elenco estrelado no projeto mais ambicioso de sua carreira

A crítica de cinema, de forma ampla, aceitou a visão de Nolan, e o filme recebeu elogios e já aparece cotado para premiações na temporada do próximo ano. Ainda mais em um contexto com os estúdios de cinema sendo cada vez mais meticulosos em quais produções irão ganhar um grande orçamento. Apesar das duras críticas à filmes históricos recentes, como Napoleão e Gladiador II, a Odisseia reacende a chama de um gênero tão popular — que teve seu auge no século passado, principalmente devido às suas inovações técnicas e à visão particular de seus idealizadores.

O diretor revisita elementos de sua própria filmografia através da adaptação do poema – como ao caracterizar Odisseu como um homem arrependido e traumatizado por seus feitos, tema que explorou em Oppenheimer. O protagonista também sofre de perda de memória e busca reunir os fragmentos de sua história, em uma referência ao primeiro longa de Nolan, Memento. Outra comparação evidente é com Interestelar, já que ambos apresentam personagens que buscam



© Reprodução/Universal Pictures

O longa já passa de US\$ 1 bilhão na bilheteria mundial

Espetacularização transforma crimes reais em entretenimento

Filme “Elize: Sombras de uma Mulher” reabre o debate sobre os efeitos da espetacularização e como o gênero influencia a percepção sobre vítimas e acusados

Por Beatriz Neves, Carolina Machado e Isabella Damião

Em 2012, Marcos Kitano Matsunaga foi assassinado e esquartejado por sua esposa, Elize Araújo Kitano Matsunaga. Quatorze anos depois, o caso continua sendo recontado pela mídia e pela sociedade, entre produções audiovisuais, memes e discussões nas redes sociais. A história, marcada pela violência, passou a integrar a indústria do *true crime*, que transforma crimes reais em entretenimento. O caso Matsunaga ganhou novas narrativas que ultrapassam a reconstituição do crime e ajudam a moldar a percepção do público sobre as pessoas envolvidas.

Elize nasceu no interior do Paraná e se mudou para São Paulo ainda jovem, onde trabalhou como garota de programa. Ela mantinha um perfil em um site de acompanhantes de luxo, onde conheceu Marcos, CEO e herdeiro da empresa alimentícia Yoki. As diferenças entre as trajetórias dos dois, somadas à brutalidade do crime, favoreceram a espetacularização da narrativa que colocou Marcos como presa de Elize. A história de vida dela, em especial, foi usada para reforçar julgamentos morais sobre sua conduta, enquanto a posição social e profissional dele contribuiu para consolidar a imagem de vítima.

Camila Brandalise, especialista em cobertura de gênero e violência contra a mulher, ressalta que existe uma expectativa sobre como a figura feminina deve agir em sociedade. “Há um imaginário coletivo em que a mulher deve cuidar da família e da casa, de maneira a apoiar e zelar pelos filhos e pelo marido. Além de que, se consolidada neste lugar, ela não pode reclamar, muito menos sair”, explica. Camila acrescenta que essa relação está intrin-

secamente ligada à percepção pública de Matsunaga. “O que as obras trouxeram, para mim, é que essa mulher pode até ser uma assassina condenada, mas ela também foi vítima de uma violência que a fez agir assim. Elize pode ser essas duas pessoas”, afirma.

A dualidade apontada pela jornalista, porém, não se limita apenas à cobertura jornalística e às produções audiovisuais. Ela também revela como o caso transforma uma pessoa real em personagem. Nesse processo, o crime deixa de ser apenas um acontecimento e passa a ser um conteúdo consumido e compartilhado pelo público. Dessa forma, Elize pode ser apresentada tanto como assassina quanto como vítima, enquanto sua história é reinterpretada para além dos fatos do crime, a partir dos valores e dos julgamentos morais do público.

A produção de histórias sobre crimes reais dispensa autorização prévia de retratados ou de seus herdeiros, segundo o STF e se divide em dois formatos. O primeiro é o documentário com o condenado, que exige um termo de cessão de direitos de imagem e voz, mas proíbe cachês. O segundo é a ficção baseada em fatos reais, que utiliza apenas informações de domínio público, sem qualquer tipo de consulta ou pagamento a pessoas reais que inspiraram os personagens.

Em entrevista exclusiva ao **Contraponto**, o ator que interpreta Marcos Matsunaga, Henrique Kimura conta que as brincadeiras que circulam entre o público, desde o início do caso, são dolorosas “considero estranhas as ‘brincadeiras’ porque demonstram falta de empatia”, afirma. Ao se deparar com memes como os publicados

durante a partida entre Brasil e Japão na Copa do Mundo de 2026, o ator relata que sempre pensa em quatro mulheres: as duas filhas de Marcos, sua mãe e a ex-esposa, todas vivas e enfrentando uma dor que as pessoas transformaram em piada.

A transformação do caso em entretenimento também aparece na comparação que circula nas redes sociais entre Elize Matsunaga e Eliza Samudio, acompanhada da provocação: “seja Elize e não Eliza”. Eliza Samudio, em contraste com Elize, que matou o próprio marido, foi morta pelo ex-companheiro Bruno Fernandes, que jogava como goleiro no Flamengo. Para Camila, a reflexão surge a partir da nova onda de violência contra a mulher, em paralelo com a releitura do público sobre o caso de Elize. “Essa comparação que se repete nas redes, pra mim, é muito forte [...] e tem uma simbologia imensa sobre o que vivemos hoje”, diz. “Os comentários resumem em poucas palavras um pensamento que está muito em voga entre as mulheres: matar ou morrer”.

Segundo Kimura, os dois tipos de humor representam o contrário do que o longa-metragem busca transmitir. A produção procura mostrar as diferentes camadas da relação entre o casal, sem simplesmente determinar “quem é o bem e quem é o mal”, em contraponto a representações anteriores do caso. Para ele, a ficção carrega uma mensagem que vai além de uma simples reconstituição do crime. “A maior mensagem do filme é: se você está em um relacionamento abusivo, saia.” A nova releitura tem o objetivo de fazer com que o público identifique os indícios de abusos, insultos e atitudes agressivas, na tentativa de mostrar às mulheres a possibilidade de romper com o ciclo de violência e ir além do espetáculo comercial centrado na tragédia.

A discussão também revela que a espetacularização dos crimes não é neutra e sim atravessada pelo gênero, que influencia a forma como os casos são explicados e apresentados ao público. “As narrativas são menos detalhadas”, declara Brandalise. Segundo ela, no caso de Elize, a narrativa foi construída a partir de sua própria história de vida: a mulher com um passado obscuro, “salva pelo marido rico”, acaba matando, de forma fria e calculista, aquele que a teria ajudado a mudar de vida. “Crimes horrendos cometidos por homens contra mulheres não têm nem a metade da atenção que esse caso, ou seja, o entretenimento não é neutro”, conclui.



“Elize: Sombras de uma Mulher” faz releitura da narrativa do caso Elize Matsunaga

Copa de 2026 deixa Argentina demonizada mundialmente

Seleção e seu povo são vistos mundialmente como vilões após a Copa do Mundo de 2026

Por Lucas Peccin, Gustavo Tonini e Érico Soares

A Argentina e seus torcedores foram protagonistas de pautas negativas nas redes sociais e na imprensa brasileira e internacional durante a Copa do Mundo de 2026. Entre acusações de racismo, comportamentos agressivos de torcedores e jogadores, e até um suposto favorecimento da FIFA, criou-se a imagem de que a Albiceleste seria a grande vilã do torneio e essa inimizade é alimentada pelos torcedores brasileiros.

A rivalidade entre Brasil e Argentina surgiu na disputa pela região da Cisplatina e teve seu marco fundador de fato em 1925. Marcou-se então o início de uma sensação de ódio dos jogadores e torcedores brasileiros aos hermanos. O conflito mais recente entre os países ocorreu nas Eliminatórias Sul-americanas para a Copa do Mundo de 2026, em Buenos Aires. Na ocasião, o Brasil perdeu de 4 a 1.

A rivalidade entre as duas nações ultrapassa o esporte e atinge questões humanitárias e de convivência social. Juan, estudante de administração empresarial pela PUC-SP, nasceu no Brasil, mas seu pai é argentino. Apesar de não ser nascido no país, Juan optou por torcer pela seleção Albiceleste. “Sempre fui zoadado com brincadeiras. Minha decisão de apoiar a Argentina não é respeitada pelos meus amigos”, explicou. Além disso, contou que nunca cogitou torcer pela Seleção Brasileira, pois, desde pequeno, foi influenciado pelo pai a amar a Argentina. “Nunca usei uma camisa do Brasil. Minha relação com a seleção é zero”, completou.

Ao ser questionado a respeito da visão dos argentinos sobre a rivalidade com os brasileiros, Juan disse que “não é tão alta para os argentinos, mas como eu moro no Brasil e convivo com brasileiros, a minha rivalidade particular é maior”. O estudante afirmou que a maior rixa do povo argentino é com os ingleses, por questões políticas e históricas.

Vale ressaltar que, durante a Copa, a Argentina enfrentou a Inglaterra em partida válida pela semifinal da competição. O duelo terminou com vitória dos sul-americanos por 2 a 1. Após o apito final, os atletas argentinos estenderam uma faixa em que estava escrito “Las Malvinas son argentinas”.



Jogadores da Argentina comemorando a vitória sobre a Inglaterra com a faixa “LAS MALVINAS SON ARGENTINAS”

Os casos de racismo praticados por alguns torcedores argentinos no decorrer do torneio foram recorrentes. Durante o jogo contra a seleção do Cabo Verde, o influencer estadunidense IShowSpeed foi vítima de insultos racistas em sua transmissão ao vivo, os quais se repetiram na partida contra a seleção do Egito, em que a celebridade esteve presente nas arquibancadas.

Semanas após o término do torneio (21/08), o Comitê Disciplinar da FIFA, responsável pela organização da Copa do Mundo de Seleções, puniu a AFA (Associação do Futebol Argentino) por diferentes motivos, entre eles: atos indisciplinados e cânticos discriminatórios raciais. Três atletas receberam punições por atitudes indisciplinadas devido a um conflito em campo após a derrota na final do torneio para a Espanha.

As penas tiveram caráter esportivo e financeiro, com suspensões de partidas em quantidades variadas para cada jogador, além de multas individuais. Os hinchas argentinos também sofreram sanções. A FIFA determinou que a seleção terá que jogar sua próxima partida em casa (na Argentina) com apenas 50% de público.

O jornalista Arnaldo Ribeiro, escritor no portal UOL e comentarista na TV Cultura, em entrevista ao Contraponto, disse que a imagem da Seleção Argentina foi manchada mundialmente após a competição: “As sanções aplicadas pela FIFA e a repercussão na Europa manchou a imagem da Seleção. A admiração e compaixão pelo futebol argentino construída devido à bonita jornada na Copa de 2022, foi substituída pela grande decepção nesta edição”, afirmou.

A imprensa britânica se revoltou contra as atitudes da equipe argentina durante as partidas na Copa do Mundo. O jornal “The Telegraph” listou 31 “truques sujos” da seleção sul-americana durante a semifinal, que incluem simulações de lesões por parte dos atletas, empurrões sem a disputa da bola, pressões desnecessárias sobre a arbitragem, entre outras atitudes. O jornal inglês apelidou a equipe de “mestres da malandragem”.



Arnaldo Ribeiro

Para Arnaldo Ribeiro, há soluções capazes de melhorar e “apaziguar” as relações do clássico sul-americano: “Os dois povos deveriam tomar providências que diminuiriam a hostilidade. Do lado argentino, a questão do combate ao racismo deve ser trabalhada. Enquanto, para o Brasil, é necessário melhorar o tratamento policial com as multidões argentinas em partidas aqui”, afirmou.

Os obstáculos que afastam treinadores brasileiros da elite do futebol mundial

Licenças, formação e poucas oportunidades ajudam a explicar por que o Brasil deixou de exportar técnicos

Por Bruno Caliman, Caio Moreira e Rafael Jorge

O futebol brasileiro contemporâneo é marcado por uma cultura de exportar seus jogadores ao exterior, principalmente à Europa. Esse costume ganhou força a partir de 1995, quando a Lei Bosman foi estabelecida e revolucionou as transferências no mundo do futebol. A lei permitiu que o número de atletas estrangeiros fosse flexibilizado nos elencos dos clubes. Com isso, as grandes potências europeias tiveram o aval para importar jovens talentos em um movimento que cresce a cada ano. Diante desse cenário, a pergunta que fica é: por que não acontece o mesmo com os treinadores brasileiros?

A presença dos técnicos no mercado europeu seguiu uma trajetória restrita. Nos anos 2000, alguns nomes chegaram a comandar clubes renomados, mas as experiências foram curtas, pontuais e dependentes de credenciais excepcionais. O período pode ser entendido como uma janela de prestígio, e não como a consolidação de uma escola brasileira de treinadores na Europa. Casos mais famosos, como o de Vanderlei Luxemburgo no Real Madrid, em 2005, e Felipão no Chelsea, entre julho de 2008 e fevereiro de 2009, são os primeiros que surgem quando o assunto vem à tona. Porém, ambos não tiveram sucesso e não conquistaram títulos nos clubes.

O mesmo não aconteceu com Zico e Ricardo Gomes, que treinaram alguns times europeus, como o Olympiacos, em 2009 e 2010, e o Mônaco, entre 2007 e 2009, respectivamente. O primeiro foi campeão do Campeonato Turco (temporada de 2006/07) e da Supercopa da Turquia (2007), com o com o Fenerbahçe. Já Gomes, com o Bordeaux, venceu a Copa da Liga Francesa, na temporada 2006/07. Além deles, em sua curta passagem, Leonardo Araújo tam-

bém ganhou a Copa da Itália, na temporada 2010/11, na Inter de Milão. Sylvinho à frente do Lyon e da seleção da Albânia, e o ítalo-brasileiro Thiago Motta pela Juventus e outras equipes italianas são exemplos mais recentes, mas nenhum conquistou algum título pelas equipes.

Desde 2019, após a temporada histórica que o Flamengo fez sob o comando do português Jorge Jesus, a ausência de treinadores brasileiros de qualidade marcou a primeira divisão da liga. Logo no ano seguinte, o Palmeiras contratou o também lusitano Abel Ferreira, que conquistou muitos títulos e segue no clube até hoje. Argentinos como Juan Pablo Vojvoda e Jorge Sampaoli também são nomes conhecidos que trabalharam diversas temporadas em clubes brasileiros. No momento em que essa matéria foi escrita, 7 dos 20 técnicos da Série A do Brasileirão são estrangeiros.

Em entrevista ao **Contraponto**, Rafael Reis, colunista esportivo do UOL, compara o Brasil com Argentina e Portugal. O jornalista acredita que os argentinos se desenvolveram mais taticamente do que os brasileiros: “a nível global, a Argentina ainda está abaixo de Espanha e Portugal em volume de treinadores. Já na América do Sul, há um domínio dos técnicos argentinos”.

Ao ser questionado se há alguma semelhança entre o número alto de técnicos estrangeiros entre a Série A do Brasileirão e a Premier League, da Inglaterra, Rafael respondeu que são fatores completamente diferentes: “O técnico inglês basicamente não tem espaço porque os clubes são muito poderosos e podem contratar qualquer treinador do mundo”. A Premier League nunca foi vencida por um time comandado por um inglês.

Para Reis, todos os casos de técnicos brasileiros na Europa foram atípicos e não estavam ligados ao prestígio de uma escola brasileira de técnicos, mas sim ao reconhecimento individual de cada caso. Ele cita os exemplos de Parreira e Felipão. Segundo o colunista, os títulos mundiais foram determinantes para os dois conquistarem espaço no exterior, já que o rótulo de campeão do mundo impulsionou suas carreiras. Sobre Vanderlei Luxemburgo, o jornalista destaca a influência do empresário do técnico e a presença de vários brasileiros no elenco, fatores que favoreceram um *lobby* pela chegada do treinador ao clube espanhol.

Essas histórias não indicam falta de competência, mas revelam que a contratação dos técnicos brasileiros dependia de credenciais excepcionais: títulos no Brasil,

Copa do Mundo, prestígio como jogador ou relações no continente. Segundo o colunista, a troca frequente de treinadores e a pressão por resultados imediatos no Brasil também dificultam projetos longos e identidades táticas sólidas. Assim, os anos 2000 formaram uma janela de prestígio, mas não uma rota permanente.

Se, por um lado, o técnico precisa apresentar resultados para conquistar espaço fora do país, por outro, no Brasil, a pressão por resultados imediatos muitas vezes impede que ele tenha tempo para desenvolver um trabalho consistente. Para Rafael, esse cenário está diretamente ligado à forma como clubes brasileiros lidam com seus treinadores e, principalmente, com as próprias limitações de seus elencos. “Aqui tem uma impaciência muito grande. Os técnicos muitas vezes são usados como escudo para esconder a incompetência do dirigente”, conclui.



Marcelo Salazar atuou como auxiliar e técnico interino do Al-Nassr

Reprodução/Instagram: @marcelinhosalazar04

Em entrevista ao **Contraponto**, Marcelo Salazar, técnico da equipe sub-20 do Flamengo, explica que a primeira iniciativa para cultivo de bons treinadores no cenário nacional é dar oportunidade para que se desenvolvam e cresçam em seus respectivos clubes. O comandante também aconselhou *misters* que almejam estar à frente de clubes da elite do futebol: “aprenda o inglês e um terceiro idioma, além disso tenha no mínimo a licença A da CBF.”

Ao analisar o cenário atual de comandantes brasileiros, Filipe Luís é visto como uma exceção. O treinador ganhou destaque pelo trabalho realizado nas categorias de base do Flamengo e ganhou espaço no comando da equipe principal. No profissional, manteve bom desempenho e conquistou a Copa do Brasil, a Copa Libertadores, o Brasileirão e a Supercopa do Brasil. O sucesso fez com que recebesse sondagens de grandes clubes europeus como o Chelsea. Hoje Filipe está no Mônaco da França, iniciando o trabalho para a temporada 26/27.



Reprodução/Instagram: @luxaoficial

Pelo Real Madrid, Luxemburgo somou 27 vitórias, 7 empates e 10 derrotas

Por que a sexualidade ainda precisa ficar no vestiário?

Casos de preconceito mostram como a orientação sexual e demonstrações de afeto entre homens ainda enfrentam resistência dentro e fora dos campos

Por Amanda Lemos, Maria Luiza Pêgo e Laura Petroucic

Em agosto de 2013, uma simples foto de dois amigos se beijando no rosto para comemorar uma vitória bastou para colocar o futebol brasileiro diante de um espelho incômodo. O protagonista da imagem, Emerson Sheik, então jogador do Corinthians, viu o gesto se transformar em um dos episódios de homofobia mais comentados do esporte nacional. Quase uma década depois, em 2022, o tema voltaria ao centro das atenções. Em entrevista ao podcast “Nos Armários dos Vestiários”, Richarlyson, ex-volante do São Paulo, revelou ser bissexual após anos sendo alvo de ataques preconceituosos que marcaram sua carreira.

Os dois casos, separados por anos e por circunstâncias diferentes, expõem a mesma engrenagem: um esporte que ainda trata a orientação sexual de seus atletas como um assunto proibido, mesmo quando isso não afeta o que acontece dentro de campo.

Esse silêncio também aparece nos números. Um levantamento realizado pelo Observatório da Discriminação Racial no Futebol, em parceria com a CBF e a Nike, ouviu 508 profissionais que atuam no futebol brasileiro, entre atletas, integrantes de comissões técnicas, funcionários de clubes e árbitros. O resultado revelou um contraste significativo: apenas 1% dos homens entrevistados se declarou homossexual ou bissexual.

A história de Richarlyson começou a ganhar contornos públicos ainda em 2007, quando o então dirigente do Palmeiras, José Cyrillo Júnior, insinuou, em rede nacional, que o jogador, na época no São Paulo, seria gay. O comentário, feito em tom pejorativo, levou o atleta a registrar uma queixa-crime. O processo, no entanto, foi arquivado por um juiz que classificou o futebol como um “jogo viril, varonil,

não homossexual”, decisão que gerou repúdio de comissões de direitos humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo e da Câmara dos Deputados.

Richarlyson seguiu carreira, conquistou títulos importantes pelo São Paulo e pelo Atlético-MG e chegou a vestir a camisa da seleção brasileira em 2008. Mas o assunto voltou a persegui-lo ao longo de toda a trajetória. Só em junho de 2022, já fora dos gramados havia mais de uma década, ele decidiu falar abertamente sobre sua bissexualidade, em um podcast da TV Globo dedicado a discutir homofobia e machismo no futebol. “Minha carreira poderia ter sido muito melhor em termos midiáticos”, disse. A declaração sugere que o silêncio foi uma escolha de sobrevivência profissional, e não de vergonha pessoal.

A pressão enfrentada por jogadores que fogem ao padrão historicamente associado ao futebol também aparece nos dados. O mesmo levantamento do Observatório da Discriminação Racial no Futebol mostrou que, entre os episódios de homofobia relatados pelos participantes, 61% tiveram torcedores como autores, evidenciando que a resistência à diversidade sexual não está restrita aos bastidores do esporte, mas também se manifesta nas arquibancadas.

Se Richarlyson levou anos para falar, Emerson Sheik nem chegou a precisar. O episódio de 2013 não envolveu uma declaração sobre orientação sexual, mas uma demonstração de afeto entre amigos que, por si só, foi suficiente para provocar um debate nacional. A foto do beijo, publicada por ele após a vitória do Corinthians sobre o Coritiba, viralizou e dividiu opiniões: de um lado, quem via um gesto espontâneo e sem maiores implicações; de outro, quem reagia com estranhamento e preconceito.

O mais relevante do episódio, no entanto, é o que não mudou: o desempenho de Sheik em campo seguiu o mesmo. Sheik continuou atuando normalmente pelo Corinthians, marcando gols e disputando partidas, evidenciando que a repercussão fora dos gramados não teve qualquer relação com sua competência dentro deles. O contraste resume boa parte do debate sobre sexualidade e futebol: a cobrança e o julgamento recaem sobre a vida pessoal do atleta, e não sobre sua atuação esportiva.

O policiamento do afeto

A resistência às discussões sobre diversidade sexual no futebol também aparece fora do Brasil. Logo após a Copa do Mundo de 2026, Ferran Torres, então jogador do Barcelona e autor do gol da vitória da Espanha, foi visto em uma viagem com seus

colegas de seleção. No entanto, uma foto em que aparece ao lado de Marcos Llorente, jogador do Atlético de Madrid, trocando carícias, não foi bem recebida pelo público, e os jogadores espanhóis foram alvo de muitas críticas.

Llorente, casado com a modelo Paddy Charlotte desde 2023, respondeu às especulações em uma caixa de perguntas no Instagram. Ele disse se surpreender com o fato de gestos de carinho entre dois homens ainda gerarem tanto debate em pleno 2026 e declarou que “não há nada mais masculino do que um homem seguro de si mesmo”. Horas depois, Ferran Torres republicou a resposta do amigo em seu próprio perfil.

Os casos apresentados evidenciam que a homofobia ainda é uma das barreiras para a construção de um ambiente mais inclusivo no futebol. Apesar dos avanços no debate sobre diversidade e das manifestações de apoio a atletas que enfrentam preconceito, o esporte ainda convive com reações negativas a demonstrações de afeto entre homens e discussões sobre orientação sexual. Nesse contexto, o desafio do futebol contemporâneo não está apenas em combater atitudes discriminatórias, mas também em promover uma cultura de respeito que valorize o desempenho esportivo, e não a vida pessoal dos atletas.

Novos espaços de pertencimento

Enquanto o futebol profissional ainda impõe barreiras à diversidade, iniciativas como o Bharbixas Esporte Clube criam espaços mais acolhedores. Fundado em Belo Horizonte, em 2017, o grupo é o primeiro time de futebol masculino da cidade formado por homens gays e bissexuais.

Em entrevista ao **Contraponto**, André José, um dos moderadores do Bharbixas na modalidade futebol, afirma que a principal diferença está no sentimento de pertencimento. “Quando a gente está com outras pessoas com quem se identifica, esse senso de comunidade e de respeito mútuo faz muita diferença dentro de campo.” Segundo ele, essa convivência também pode ser transformadora: “Tivemos casos de pessoas da própria comunidade LGBTQIAPN+ que saíram de ambientes hostis, vieram para o nosso time e aqui passaram a entender o universo do outro e a respeitar mais.”

Na avaliação de André, o medo de retaliações ainda contribui para que jogadores não assumam publicamente sua orientação sexual. “Existe uma insegurança muito forte de ser cortado de jogos, de sofrer uma pressão midiática muito grande. Acho que não existe abertura nesse meio para as pessoas serem o que elas são, de fato.”



© Acervo Museu do Futebol | Coleção Bharbixas EC | Douglas Barcelos

Fundado em Belo Horizonte em 2017, o Bharbixas é um dos pioneiros do futebol LGBTQIAPN+ no Brasil

Corinthians e Fatal Fans: os limites entre a marca e o “Time do Povo”

Parceria com a plataforma de conteúdo adulto reacende debate sobre os critérios de escolha de patrocinadores



© Malu Malaquias

Vista das arquibancadas da Arena Neo Química. A expressão “TIME DO POVO” aparece em destaque na estrutura acima dos torcedores

Por Carolina Nader, Malu Malaquias e Mariana Luccisano

O anúncio da parceria entre o Corinthians e a *Fatal Fans* colocou o clube no centro de um debate que vai além do futebol. Firmado em junho de 2026, o acordo com a plataforma de conteúdo adulto por assinatura provocou questionamentos sobre os critérios de escolha de patrocinadores. Em meio à repercussão do caso e à investigação aberta pelo Ministério Público de São Paulo, a parceria reacende a discussão sobre responsabilidade social, influência das marcas e o papel de grandes entidades esportivas na sociedade.

Fundado em 1910 por operários do bairro do Bom Retiro, em São Paulo, o Corinthians construiu sua identidade associada às camadas populares, origem do apelido de “Time do Povo”. Essa característica ganhou novos contornos ao longo das décadas, especialmente com a Democracia Corinthiana, movimento surgido no início dos anos 1980 que se tornou um dos principais símbolos de mobilização social no período final da ditadura militar.

Essa trajetória consolidou uma das maiores torcidas do país e a transformou em um fenômeno cultural que alcança diferentes faixas etárias, incluindo crianças, adolescentes e famílias. Nesse cenário, a escolha de patrocinadores deixa de ser apenas financeira e envolve reputação, responsabilidade social e impacto sobre o público.

Foi nesse contexto que o clube anunciou o acordo com a *Fatal Fans*, apresentado como fonte de recursos para modalidades como basquete, futsal e futebol feminino. O contrato prevê R\$ 22 milhões até o fim de 2027, podendo chegar a R\$ 31 milhões, condicionado ao cumprimento de metas. Apesar do retorno financeiro, a parceria gerou um grande debate devido à natureza da empresa, principalmente a respeito dos

impactos da exposição da marca sobre menores de idade.

A discussão ganhou novos contornos em agosto de 2026, quando o Ministério Público de São Paulo instaurou um procedimento para investigar possíveis impactos do acordo sobre crianças e adolescentes, analisando aspectos como a verificação de idade na plataforma e a presença da marca nos canais oficiais do clube. Em resposta, o departamento responsável afirmou ter analisado previamente os riscos jurídicos, institucionais e de imagem, destacando medidas como a exclusão das categorias de base e restrições ao uso da imagem de atletas.

Segundo a *TIC Kids Online Brasil 2025*, 55% dos usuários de internet de 11 a 17 anos afirmaram ter tido contato com publicidade em redes sociais, e 84% desse público viu conteúdo com produtos ou marcas divulgados sem identificação clara de publicidade. Dado que mostra a proximidade entre conteúdo comercial e entretenimento no ambiente digital.

Em entrevista ao **Contraponto**, Francisco Antônio Serralvo, professor da PUC-SP e especialista em *marketing* de marcas, afirma que um clube como o Corinthians oferece ao patrocinador mais do que exposição em uma camisa ou estádio. Segundo ele, “o vínculo do torcedor envolve identidade, pertencimento, história familiar e relações sociais. O torcedor não troca um clube por outro por discordar de uma decisão de sua diretoria.”

Para Serralvo, a associação envolve uma “transferência de significados”, na qual o clube oferece à empresa “visibilidade, popularidade, reconhecimento e, principalmente, legitimidade social” – estratégia menos ligada à conversão direta de torcedores em consumidores e mais

à ampliação da familiaridade e aceitação da marca.

O especialista destaca a diferença entre o público-alvo do patrocinador e aquele efetivamente exposto à marca: embora a *Fatal Fans* seja destinada a maiores de 18 anos, sua presença na camisa e nos canais do clube amplia o alcance para quem acompanha partidas e jogadores desde a infância. Isso não significa que menores vão consumir a plataforma ou aderir aos seus valores, mas acende um alerta sobre a normalização de sua presença em espaços socialmente reconhecidos. “Quanto mais profunda for essa relação de confiança e pertencimento, maior deveria ser o cuidado da organização na preservação desse patrimônio simbólico”, finaliza.

A legalidade do contrato é apenas um dos aspectos envolvidos na escolha de patrocinadores: uma empresa estar regularizada não determina, por si só, a compatibilidade da associação com os valores de uma instituição. Para um clube de relevância histórica e social, entram nesse debate fatores como reputação, compatibilidade institucional e perfil do público atingido.

Para Fernanda Alcântara, jornalista e torcedora do Corinthians, essa avaliação deve considerar o peso simbólico do clube: uma marca que associa seu capital ao Corinthians precisa saber que lida com um público diverso, “das massas”, e que a gestão deveria agir sob esse farol.

A responsabilidade do clube não se estende a todas as atividades da empresa patrocinadora, mas à associação que estabelece ao firmar a parceria. Ao escolher um patrocinador, o Corinthians vincula sua marca, história e credibilidade à empresa, e as consequências podem ultrapassar a duração do contrato. Campanhas contra o racismo e em defesa da inclusão de diferentes grupos integram a imagem construída pelo clube para além do futebol. Para parte da torcida, porém, a associação com a *Fatal Fans* pode entrar em conflito com esses valores.

Como resume Alcântara: “O capital não pode se sobressair. É uma história tão bonita e forte, e que é do Corinthians. Como mulher, torcedora e mãe de uma pequena corinthiana, sinto dificuldade em defender o time em situações como essa.”

O **Contraponto** procurou o Corinthians para comentar os questionamentos sobre o acordo, mas não obteve resposta.

O caso da *Fatal Fans* coloca em discussão, portanto, não apenas a legalidade do contrato, mas os critérios utilizados por um clube da dimensão cultural do Corinthians na escolha de seus parceiros comerciais.

O que “a maior Copa da história” nos deixou?

Entre a aproximação do futebol e da política e a queda de grandes emissoras, a Copa do Mundo de 2026 trouxe novos debates para jornalistas e torcedores brasileiros

Por Alice Begnini, Elisa Rabaço, Gabriel Thomé, João Callegari e Mariana Araujo

A relação entre futebol e política ainda costuma ser tratada por parte dos torcedores como se pertencesse a universos distintos. Para Gabriel Paes, fundador da página “O Contra-Ataque”, que discute justamente a conexão entre essas duas esferas, porém, essa separação não existe: “A política e o futebol são a mesma coisa. Tudo é político”.

A Copa do Mundo de 1970 foi a primeira televisionada mundialmente. Naquele ano, o tricampeonato brasileiro foi usado pelo ditador Emílio Médici como instrumento de propaganda de seu regime. Duas edições depois, em 1978, o evento voltou a ser utilizado politicamente, desta vez pela ditadura argentina, que sediava a competição em meio à repressão no país.

A partir da edição de 2010, as questões políticas envolvendo as sedes da Copa ganharam ainda mais destaque. No primeiro Mundial realizado no continente africano, as greves dos trabalhadores responsáveis pela construção dos estádios passaram a integrar as discussões sobre o torneio na África do Sul. “Perguntaram para o presidente do país o que ele faria para silenciar a greve, e ele respondeu: ‘Foi muito difícil conquistar o direito à greve aqui na África do Sul. Então, vamos tentar um acordo com os trabalhadores’”, relata Paes.

Em 2014, o Brasil recebeu o Mundial em meio a protestos. O chamado “Não vai ter Copa” reuniu críticas aos gastos públicos com o evento e questionamentos sobre o uso da camisa da seleção e de outros símbolos nacionais.

Na edição seguinte, em 2018, em meio às eleições presidenciais brasileiras, a Rússia se tornou palco das partidas. Naquele contexto, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, declarou que, caso a seleção norte-americana conquistasse o Mundial, não se encontraria com Vladimir Putin, chefe do Executivo russo.

“A Copa do Qatar de 2022 também foi muito politizada porque houve várias denúncias de violação dos direitos humanos nas obras. Muitos operários morreram e não tinham nenhum direito trabalhista respeitado”, aponta Paes. As denúncias sobre as condições de trabalho, evidenciaram que, mais uma vez, questões políticas estiveram presentes na realização do Mundial.

A interferência dos EUA no mundial

A relação de Donald Trump com a FIFA, a postura do presidente estadunidense sobre imigração e até os motivos pelos quais os torcedores apoiaram

determinadas equipes movimentaram o noticiário para além do futebol durante a Copa do Mundo. Para Gabriel Paes, a edição foi a mais política de todos os tempos justamente “porque Trump se intrometeu dentro do jogo”.

Em 2025, a entidade criou o “Prêmio da Paz da FIFA”, com o objetivo de reconhecer ações que promovessem a paz mundial. Donald Trump foi nomeado o primeiro vencedor: “O senhor certamente merece o primeiro Prêmio da Paz da FIFA por tudo o que conquistou e fez de uma maneira incrível”, declarou Gianni Infantino, presidente da federação.



Donald Trump foi o primeiro vencedor do Prêmio da Paz da FIFA

Antes do início da Copa do Mundo, Trump endureceu as políticas migratórias dos Estados Unidos, o que provocou uma crise diplomática durante o Mundial. Diversos torcedores tiveram os vistos negados, mesmo após comprarem ingressos e passagens.

Um dos casos de maior repercussão envolveu a mãe do goleiro cabo-verdiano Vozinha. Ana Cândida Évora esbarrou em uma das políticas instituídas pelo governo americano para o evento, que previa uma tarifa de entrada para cidadãos de países com alta taxa de permanência ilegal nos Estados Unidos. O valor, de aproximadamente 15 mil euros, era inviável para a mãe do atleta, que inicialmente não pôde assistir ao filho representar Cabo Verde. Após o empate histórico da seleção contra a Espanha, o caso ganhou destaque, e autoridades norte-americanas alegaram que familiares dos atletas estavam isentos da medida.

Outro episódio que revelou a influência política exercida pelo governo americano no Mundial envolveu a seleção iraniana. A equipe não teve permissão para se

hospedar nos Estados Unidos, apesar de disputar os três jogos da fase de grupos no país. Além disso, a legislação local exigia que a delegação entrasse nos EUA somente na véspera das partidas e, após o apito final, retornasse à hospedagem no México.

A interferência política também apareceu na partida dos 16 avos de final entre Estados Unidos e Bósnia e Herzegovina, quando o atacante Folarin Balogun foi expulso após uma entrada forte em um adversário. Como consequência do cartão vermelho, o jogador não poderia enfrentar a Bélgica na fase seguinte.

Entretanto, Donald Trump ligou diretamente para Gianni Infantino e solicitou a anulação da expulsão. A FIFA cedeu, e o jogador atuou normalmente nas oitavas de final. Após o fim do torneio, Balogun revelou, em entrevista ao programa *CBS Mornings*, que a situação atrapalhou o desempenho da equipe: “Conforme o jogo se aproximava, eu tentava me concentrar o máximo possível, mas era difícil. Havia muita interferência externa e é difícil ignorá-la”.

Em meio às críticas, Infantino publicou nas redes sociais uma mensagem na qual afirmou que as pessoas podem “meditar, rezar ou ver um jogo de futebol em vez de gastar o tempo e a energia nos odiando”. A declaração reforçou a ideia do esporte como um espaço neutro diante das questões políticas que envolviam o campeonato.

Para Gabriel Paes, porém, essa separação não se sustenta. Segundo ele, a relação entre política e futebol ocorre de maneira cada vez mais explícita, inclusive por parte das próprias instituições esportivas: “É muito conveniente para eles falarem para o torcedor não falar de política quando eles estão fazendo política o tempo inteiro”.

Essa politização não ficou restrita às decisões e controvérsias envolvendo a FIFA. Durante a Copa, ela também se manifestou nas escolhas dos torcedores sobre quais seleções apoiar ou rejeitar.

Nas redes sociais, o discurso sobre uma suposta “Argentina racista” ganhou espaço ao longo da competição e passou a influenciar a relação de parte dos torcedores com a equipe. Em uma pesquisa realizada pelo **Contraponto** com 169 participantes, 76,9% afirmaram ter torcido contra alguma seleção durante o Mundial.

Entre as respostas, 61,31% mencionaram a Argentina.

A escolha também se refletiu na final do torneio, disputada entre Argentina e Espanha. Segundo a pesquisa, 75,1% dos participantes afirmaram ter torcido pelos espanhóis. Quando questionados sobre os motivos para escolher uma seleção contra a qual torcer, 36,31% apontaram razões políticas.

Houve alguma seleção no mundial que você torceu especialmente contra?

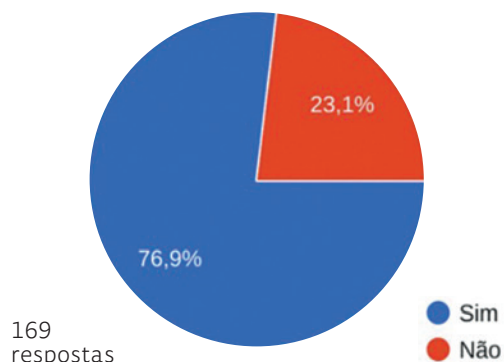


Gráfico de pesquisa coletada pelo Contraponto que evidencia a torcida popular contra alguma seleção

Para Leonardo Miranda, responsável pela coluna "Painel Tático", do GE, a intensidade desse comportamento representa uma mudança na maneira como o esporte é utilizado para expressar posicionamentos políticos: "Isso ocorre porque Brasil e Argentina vivem momentos políticos opostos (centro-esquerda ou extrema-direita), e as pessoas usam o futebol para aprovar seus próprios pontos de vista ideológicos".

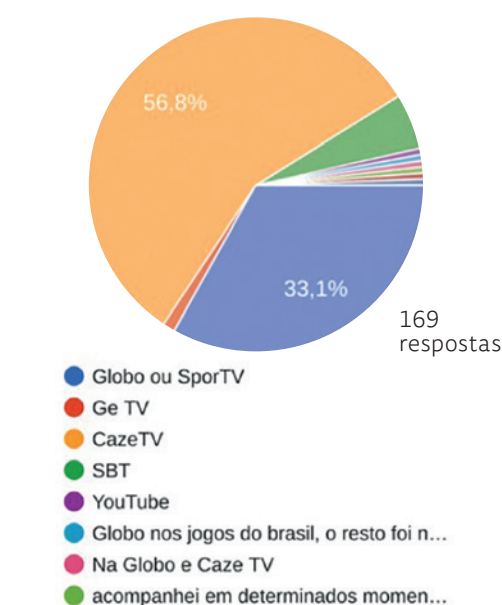
Entre as justificativas apresentadas pelos participantes, aparecem principalmente referências ao histórico de episódios racistas associados a torcedores e jogadores argentinos, além de questões relacionadas às tensões diplomáticas entre países latino-americanos.

Na decisão do Mundial de 2026, a disputa entre Argentina e Espanha também foi interpretada por parte dos torcedores a partir de questões políticas. Enquanto alguns rejeitavam a Espanha por sua relação histórica com o colonialismo, outros afirmavam apoiar a seleção espanhola como forma de se posicionar contra episódios de racismo atribuídos a argentinos.

A queda do monopólio Globo

Durante catorze edições da Copa do Mundo, a Rede Globo deteve os direitos exclusivos de transmissão no Brasil. Na edição mais recente do torneio, porém, a emissora enfrentou uma queda significativa de audiência, enquanto parte do público acompanhou os jogos por novos meios de comunicação. Pela primeira vez desde a década de 1970, o canal não transmitiu uma semifinal: a partida entre França e Espanha, duas das favoritas ao título mundial.

Em qual emissora você consumiu a Copa do Mundo de 2026?



Pesquisa feita pelo Contraponto sobre quais emissoras foram mais utilizadas pelo público para assistir a Copa do Mundo

A pesquisa realizada pelo **Contraponto** indica uma perda de força do Grupo Globo entre os participantes. Dos 169 entrevistados, 56,8% acompanharam a Copa do Mundo pela CazéTV, enquanto 33% assistiram pela Globo ou pelo SporTV.

Os símbolos nacionalistas que reforçam a ideia do Brasil como "país do futebol" foram explorados pela cobertura da empresa. A estratégia associou a experiência de acompanhar a Copa pela Globo à ideia de união nacional em torno da seleção brasileira, única a participar de todas as edições do torneio.

Leonardo Miranda, jornalista do Globo Esporte, relaciona a perda de espaço da Globo ao surgimento de veículos de informação com formatos não tradicionais em diferentes partes do mundo. Para o colunista, "se a BBC está em baixa, a Globo também está". A questão, segundo ele, está no enfraquecimento do formato convencional do jornalismo.

A pulverização das transmissões da Copa fragmenta a experiência do torneio, mesmo que o caráter coletivo não tenha se perdido. Humberto Pereira da Silva, doutor em filosofia da educação pela USP, explica: "No passado, não havia experiências individuais, ou únicas, de se assistir ao futebol. Todos assistiam ao jogo e as interações com a partida só continuavam nas conversas". Com a ascensão das redes sociais, a discussão sobre o esporte continua depois do apito final e os acontecimentos, por menores que sejam, continuam reverberando.

Os veículos com transmissão pela internet, como é o caso da Cazé TV, são os principais responsáveis por esse fenômeno. De acordo com dados publicados pela

Redação de esportes do Estúdio Globo, local responsável pela cobertura da Copa do Mundo

revista Exame, em 2022, o canal sob o comando de Casimiro Miguel atingiu o pico de 4,85 milhões de aparelhos conectados na final da Copa. Na semifinal de 2026, entre Espanha e França, na qual a plataforma tinha direito exclusivo da partida no Brasil, o recorde de transmissão passou para 24,2 milhões de conexões simultâneas.

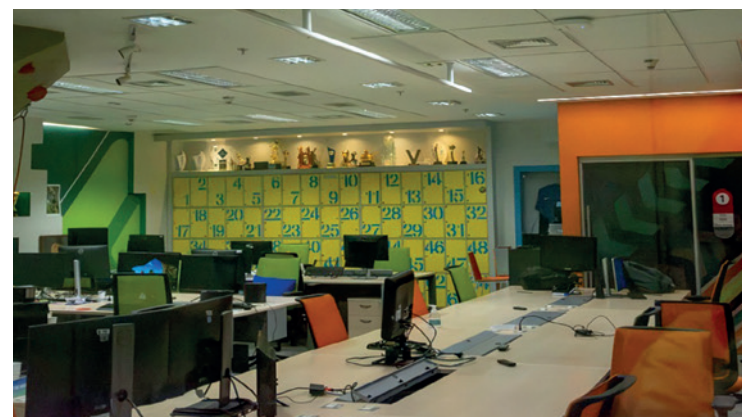
Com o intuito de entender os impactos dos novos públicos que consumiram a emissora durante o torneio, a redação do **Contraponto** tentou entrar em contato com diversos colaboradores da Cazé TV, mas não obteve resposta.

A transformação do jornalismo esportivo

A politização do futebol e o enfraquecimento da Rede Globo também ajudam a compreender as transformações do jornalismo esportivo. A Copa do Mundo de 2026 mostrou que as mudanças não estão apenas dentro de campo, mas também na maneira como o público acompanha e consome o esporte. Leonardo Miranda afirma que o jornalismo não morreu, mas "precisa mudar o formato, como o *New York Times* tem feito ao apostar em vídeos curtos sem abandonar as grandes histórias".

Essa transformação levanta uma questão: até que ponto a adaptação às novas linguagens e plataformas ainda preserva as características fundamentais do jornalismo? O debate ganha força com o crescimento dos veículos independentes. Gabriel Paes, fundador da página "O Contra-Ataque", com mais de 100 mil seguidores no Instagram, afirma que parte do espaço antes ocupado pela imprensa passou a ser disputado por influenciadores. É nesse contexto que se situa o trabalho da página: "A nossa tentativa no Contra-Ataque é fazer o jornalismo entrar na linguagem das redes sociais".

A presença de influenciadores pressiona, ainda que indiretamente, uma transformação na maneira de produzir jornalismo. Ao mesmo tempo em que esse crescimento diversifica pautas, formatos e vozes, também aproxima o campo jornalístico do entretenimento e pode tornar menos nítida a fronteira entre informação e engajamento. Nesse cenário, a velocidade imposta pelo ambiente digital passa a disputar espaço com processos fundamentais da atividade jornalística, como apuração e checagem. Em entrevista ao **Contraponto**, Leonardo Miranda resume o desafio: "Hoje se consome muito, mas pouco conteúdo permanece".



João Calegari

Da arquibancada à luta política: como as torcidas organizadas viraram atores da mobilização social

Entre a defesa da democracia, o combate ao racismo e a solidariedade internacional, torcedores transformam o coletivo das arquibancadas em instrumento de atuação política

Por Carolina Zaterka, Guilherme D'Aloisio, Henrique Veloso, Luiza Zaccano, Martim Tarifa

Antes de se tornarem organizações ou agentes do debate público, os clubes de futebol nasceram como a expressão do pertencimento comunitário. Do vínculo bairrista às origens operárias, imigrantes ou estudantis, as camisas sempre carregaram a identidade de um grupo.

No Brasil, foi em 1940, na capital paulista, que essa dinâmica sofreu sua primeira mudança estrutural. O movimento organizado emergiu de torcedores que passaram a se articular fora dos estádios com o propósito de alinhar cantos, padronizar comportamentos e ocupar setores específicos das arquibancadas.

A Coligay, fundada em 1977 em Porto Alegre para apoiar o Grêmio, desafiou a moral vigente na ditadura militar como a primeira torcida abertamente LGBTQIA+ do país. Anos depois, o movimento da Democracia Corinthiana mostrou que a arquibancada podia ser um veículo para a redemocratização.

Embora não tenha desaparecido com o fim da ditadura, essa tradição política ganhou novas formas de ação. Em entrevista ao **Contraponto**, Larissa Bezerra, autora de "Torcidas Antifascistas" e pesquisadora do tema, afirma enxergar uma conexão entre experiências históricas e os coletivos contemporâneos. Como exemplo, a especialista cita o Coletivo Democracia Corinthiana, que carrega referências das lutas protagonizadas pela Gaviões da Fiel e ressalta que as torcidas antifascistas representam "um novo modelo de torcer".

Ao fundirem um sentimento de pertencimento identitário à ocupação estratégica das metrópoles, as torcidas organizadas consolidaram uma capacidade de mobilização em massa que poucas instituições da sociedade civil possuem atualmente no Brasil.

A existência de mobilização política entre torcedores, no entanto, não significa que uma organizada compartilhe uma única posição ideológica. Davi Oliveira, integrante do Coringão Antifa e da Gaviões da Fiel, em entrevista ao **Contraponto**, diferencia os dois espaços a partir da própria experiência. Enquanto o primeiro se organiza horizontalmente em torno de princípios políticos definidos, a Gaviões reúne pessoas de diferentes correntes ideológicas. "A torcida é tipo um espelho da sociedade", resume. Segundo ele, trabalhadores, estudantes e pessoas de diversas posições políticas convivem sob uma identidade comum: o pertencimento à torcida.

É justamente nessa diferença que surgem coletivos políticos formados por torcedores. Enquanto uma organizada

precisa administrar a diversidade interna de seus integrantes, grupos antifascistas conseguem assumir posicionamentos políticos mais delimitados e participar diretamente de manifestações. Oliveira conta que o Coringão Antifa participa de atos em defesa da Palestina, manifestações de memória das vítimas da ditadura e mobilizações de resistência.

Larissa Bezerra identifica fenômeno semelhante: os coletivos antifascistas analisados em sua pesquisa possuem forte identidade de esquerda e incorporam pautas feministas, antirracistas, de combate à LGBTfobia, ao autoritarismo e ao capitalismo.

Um dos exemplos mais emblemáticos da atuação social ocorreu em 2020. Em meio à pandemia de Covid-19 e às manifestações que defendiam pautas antidemocráticas, torcedores de clubes historicamente rivais ocuparam a Avenida Paulista em defesa da democracia e contra o fascismo. Corintianos, palmeirenses, são-paulinos e santistas dividiram o mesmo espaço em uma mobilização que reuniu integrantes da Gaviões da Fiel, Mancha Alverde, Independente e Torcida Jovem. A rivalidade que normalmente separava esses grupos foi temporariamente colocada em segundo plano diante de uma causa comum.



Torcedores corintianos levam às ruas a defesa da democracia e o posicionamento contra o golpe

Pouco tempo depois, após o segundo turno das eleições de 2022, a situação voltou a se repetir quando manifestantes contrários ao resultado eleitoral bloquearam rodovias e defenderam medidas como intervenção federal. No dia em que o Corinthians viajava ao Rio de Janeiro para enfrentar o Flamengo, torcedores que seguiam de São Paulo para o Maracanã atravessaram bloqueios na Marginal Tietê e na Via Dutra. Registros mostraram corintianos retirando faixas e bandeiras de cidadãos que contestavam o resultado das

urnas. O episódio ganhou dimensão simbólica justamente porque transformou uma caravana de futebol em ator inesperado de um dos momentos de maior tensão política do período pós-eleitoral.

Para Oliveira, os episódios de 2020 e 2022 mostram como redes originalmente construídas em torno do futebol podem adquirir força política nas ruas. Ele relata ter ouvido, dentro das próprias caravanas corintianas, histórias de turmas que se organizaram previamente para um possível confronto nas estradas. Na avaliação do torcedor, essas ações não podem ser explicadas apenas pela necessidade de chegar aos jogos: ainda há, entre parte dos integrantes, uma identificação histórica com a ideia de um Corinthians popular, ligado aos trabalhadores e às margens da sociedade.

Mas a atuação pública das organizações não surge apenas em grandes atos, ela também se desenvolve em ações menos visíveis, realizadas de forma cotidiana. A Gaviões da Fiel, por exemplo, mantém um Departamento Social responsável por campanhas de arrecadação e projetos comunitários. De acordo com relatórios da entidade, sua Campanha do Agasalho existe há mais de duas décadas e chega a atender cerca de 10 mil pessoas com rou-

pas e cobertores, além de também promover doação de sangue, ações de Páscoa e Natal, projetos de inclusão digital e atividades voltadas a crianças e famílias.

Em 2020, durante a fase mais crítica da pandemia, a Mancha Alvi Verde arrecadou 25 toneladas de alimentos destinados a famílias em situação de vulnerabilidade na cidade de São Paulo. Em Brasília, a subsele da Mancha Verde também promove iniciativas como campanhas de agasalho, doação coletiva de sangue, distribuição de alimentos a pessoas em situação de rua e ações de Natal.

O combate ao racismo também passou a ocupar espaço nesse repertório. Em 2021, depois do ex-jogador corintiano Danilo Avelar admitir ter enviado uma mensagem racista no chat de uma partida online de Counter-Strike, a Gaviões cobrou publicamente a expulsão do lateral esquerdo e afirmou que não havia espaço para racismo no Corinthians. Em 2025, após o atacante Luigi, do Palmeiras, sofrer ataques racistas durante a Libertadores Sub-20, a

Mancha Verde convocou uma manifestação no Allianz Parque: a proposta incluía um minuto de silêncio e o gesto dos punhos cerrados e erguidos, símbolo historicamente associado à luta antirracista.

É importante ressaltar que esses episódios não apagam as contradições das próprias torcidas organizadas. Ao longo de sua história, algumas delas também estiveram envolvidas em episódios de violência, intolerância e práticas discriminatórias. A existência de campanhas sociais, portanto, não deve ser utilizada para construir uma imagem idealizada dessas organizações. Os coletivos são agentes de disputa, capazes de reproduzir conflitos presentes na sociedade brasileira, mas também de produzir solidariedade, mobilização e participação política.



Ato de torcidas organizadas pela democracia na Avenida Paulista em 2020

Solidariedade internacional: os ultras e a causa palestina

No futebol internacional, entre os casos mais emblemáticos está o da *Green Brigade*, grupo fundado em 2006 por torcedores do Celtic Football Club, da Escócia. O clube foi criado em 1887 pelo religioso marista Irmão Walfrid, com o objetivo de arrecadar recursos para auxiliar imigrantes irlandeses pobres. Desde sua origem, a instituição esteve associada a questões sociais, à comunidade católica irlandesa e à diáspora. Ao longo do século XX, essa herança ajudou a consolidar uma cultura torcedora que frequentemente estabelece conexões entre o futebol e causas políticas ligadas à autodeterminação dos povos, à justiça social e à resistência ao colonialismo.

Assim, a *Green Brigade* tornou-se conhecida internacionalmente, sobretudo pelo apoio à causa palestina. O grupo argumenta que existem paralelos históricos entre a experiência irlandesa e a palestina, especialmente em temas relacionados à ocupação territorial, ao nacionalismo e à luta por reconhecimento político.

O episódio mais conhecido ocorreu em 2016, durante uma partida entre Celtic e Hapoel Beer-Sheva, de Israel, pela Liga dos Campeões da UEFA. Na ocasião, centenas de torcedores exibiram bandeiras palestinas em desafio às regras da entidade europeia, que restringe manifestações políticas nos estádios. Após a aplicação de

uma multa ao clube, o coletivo escocês *Green Brigade* lançou a campanha “Match the Fine for Palestine”, traduzido “Jogo pela Palestina”, que arrecadou mais de 176 mil libras esterlinas, valor muito superior ao da punição financeira. Os recursos foram destinados a organizações humanitárias, como a *Medical Aid for Palestinians*, e ao projeto *Aida Celtic*, uma academia de futebol criada em parceria com um campo de refugiados na Cisjordânia.

Outro exemplo relevante é o dos *Bukaneros*, principal grupo ultra do Rayo Vallecano, clube original de Vallecas, um bairro de operários de Madri. Fundado em 1992, o coletivo construiu sua identidade em torno do antifascismo, do antirracismo e da defesa de pautas associadas aos movimentos sociais.

O grupo tornou-se conhecido por posicionamentos críticos à extrema-direita e pela defesa de refugiados, imigrantes e minorias sociais. Em diferentes momentos, os torcedores também demonstraram apoio à causa palestina, incorporando símbolos e mensagens de solidariedade internacional em partidas do Rayo Vallecano. Além disso, os *Bukaneros* são defensores do chamado “futebol popular”, movimento que busca preservar o acesso das classes trabalhadoras aos estádios diante do aumento dos preços dos ingressos e da crescente mercantilização do esporte.

Essas conexões não se limitam ao plano simbólico. Em diversas ocasiões, torcedores organizaram arrecadações financeiras, envio de materiais humanitários, eventos beneficentes e campanhas internacionais de conscientização. O uso das redes sociais permitiu que ações iniciadas em um estádio alcançassem repercussão global, transformando determinadas torcidas em atores reconhecidos dentro de movimentos de ajuda internacional.

O Bonde do Che e a viagem a Aida

Durante 10 dias em 2025, um grupo de membros do Bonde do Che, torcida organizada do São Paulo Futebol Clube antifascista, se mobilizou para ir à Aida, na Cisjordânia. A solidariedade com o povo palestino e a disposição para ajudar os mais de 5 mil refugiados foram justificativas claras. Os integrantes do grupo, que não tiveram suas identidades reveladas, se hospedaram no campo durante o período.

Em nota publicada nas redes sociais, o coletivo explicou para os torcedores que, a partir do convite da Antifa Hooligans BR – um grupo de torcedores antifascistas brasileiros –, o Bonde do Che participou da campanha internacional “Show Israel the Red Card”, que se traduz para: “mostre para Israel o cartão vermelho”, ação que trouxe o primeiro contato do grupo com a luta internacional.

© Reprodução/Brasil de Fato/Camila Rodrigues da Silva



Torcedores do Celtic exibem bandeiras da Palestina nas arquibancadas em apoio à causa palestina

Essa questão foi aprofundada a partir de um integrante brasileiro do Bonde do Che, que mora na Escócia, e aproximou o coletivo tricolor à *Green Brigade*. Assim, a instituição brasileira foi convidada para uma reunião internacional em Aida, que contaria com a *Green Brigade* e também os *Bukaneros*.

Para Bezerra, a presença de integrantes da Independente em Aida representa uma demonstração concreta de como a atuação das torcidas pode atravessar fronteiras nacionais. A pesquisadora classifica a iniciativa como “extremamente relevante e corajosa” e afirma que ela evidencia novamente a força das organizações brasileiras em situações que vão além do futebol.



Símbolo do Bonde do Che, coletivo ligado à Torcida Independente

Um ano depois, a luta do Bonde do Che continua e, recentemente, o grupo ganhou um gesto de reconhecimento. Thiago Ávila, ativista brasileiro ligado à causa palestina, associou-se à Independente, torcida organizada do São Paulo. Em entrevista ao Contraponto, Ávila explicou que esse trabalho mudou sua percepção sobre a organizada. “Quando eu fiquei sabendo que a Independente fazia esse trabalho de solidariedade com o povo palestino, eu entendi que era mais do que só futebol. Que era também sobre a transformação do mundo. Então passei a admirar cada vez mais a torcida.”

Para ele, as organizadas também podem desempenhar um papel diante das desigualdades presentes no próprio esporte. “O futebol vive um processo de elitização e promoção de desigualdade que tem que ser enfrentado. E as torcidas são um caminho importante para isso”.

Ex-alunos da PUC-SP relatam experiência na cobertura da Copa do Mundo 2026

Jornalistas debateram com estudantes as transformações do meio esportivo e os bastidores do trabalho durante o mundial

Por Marina Garcia, Rafaella Lalo e Vitória Teles

Em agosto foi realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) um debate com ex-alunos do curso de Jornalismo que atuaram na cobertura da última Copa do Mundo. Estiveram presentes Bruno Rodrigues, editor de esportes na CNN Brasil; Felipe Campos Mello, fotojornalista na Associated Press; Lais Morais, jornalista na Reuters Brasil e Victor Pozella, repórter do Prime Video. A conversa foi mediada pelos editores de esportes do Contraponto Juliana Bertini, Giovanna Britto e Martim Tarifa e contou com a presença de outros estudantes e professores do curso.

O encontro aproximou os alunos presentes de profissionais que se formaram na mesma faculdade e serviu como oportunidade para esclarecer dúvidas sobre a participação em um grande evento. A conversa foi guiada por temas como a pressão, principais desafios e experiências vividas nos países que sediarão a copa, além de dicas que podem ajudar os futuros jornalistas a construírem suas carreiras.

Em entrevista ao **Contraponto**, a professora Anna Feldmann, da PUC-SP, destacou que durante as férias os docentes sentiram necessidade de conversar com os estudantes sobre a Copa do Mundo. “A vontade de chegar em sala e poder analisar tudo o que estava acontecendo fez com que nós professores tivéssemos vontade de realizar esse debate”, comentou.

Considerada uma roda de conversa valiosa aos futuros jornalistas que desejam seguir carreira nos esportes, Anna ainda ressaltou que não existe uma maneira única de se profissionalizar nos variados setores do jornalismo, mas sim que é possível transitar entre áreas e explorar o quão versátil a profissão pode ser.



Debate “Os desafios da cobertura da Copa” reúne convidados e plateia de alunos de Jornalismo na PUC-SP

O assunto que deu início a discussão foi a preparação dos jornalistas para a cobertura do torneio mundial. Para Felipe, o trabalho foi resultado de uma experiência construída ao longo da carreira. “A preparação é um processo contínuo, que envolve estar pronto para lidar com as diferentes situações que surgem durante a cobertura”, diz o fotojornalista. Em contrapartida, Bruno destacou que, apesar do pouco tempo para se preparar para a Copa de 2026, o conhecimento acumulado ao longo da carreira foi fundamental para o trabalho: “Assistir, ler e buscar referências constantemente também fazem parte da preparação de um jornalista esportivo”.

Lais trouxe uma perspectiva mais prática ao afirmar que além do conhecimento jornalístico, saber lidar com situações inesperadas é essencial. A capacidade de se adaptar e a autonomia durante a cobertura são fatores fundamentais para que as reportagens sejam produzidas. “A coisa mais importante é a logística, saber se virar. Porque as coisas vão fugir do controle”, diz a jornalista. Como alerta para a necessidade de equilibrar a rapidez da notícia com a checagem dos fatos, Bruno afirmou que a dificuldade é

característica constante da profissão e o jornalista precisa aprender a lidar com situações que fogem do planejado.

A fragmentação das transmissões esportivas também entrou em debate. Com partidas distribuídas entre televisão aberta, canais fechados, plataformas de streaming e novos criadores de conteúdo, os convidados presentes foram questionados se o acesso a partidas de futebol se tornou mais democrático. Felipe apontou que a mudança vai além da divisão dos direitos de transmissão, acredita que o crescimento dos influenciadores também transformou a maneira como o público acompanha o esporte. “A gente está vivendo uma verdadeira guerra hoje em campo de filmmakers, jornalistas e influencers.” O jornalista também destacou que os criadores de conteúdo digital passaram a ocupar um espaço importante na produção de conteúdo esportivo, inclusive por concentrarem parte da audiência e do investimento do mercado.

Victor, que atua em diferentes lados da produção audiovisual, afirmou que ainda não existe uma solução clara para essa fragmentação. Para ele, grandes eventos esportivos funcionam como momentos de transformação na maneira como o público consome conteúdo. Ao falar sobre a Copa do Mundo de 2026, destacou o crescimento das transmissões digitais e citou a Cazé TV como um dos exemplos dessa mudança. Na avaliação do jornalista, o torneio ajudou a consolidar o streaming como uma forma de acesso ao esporte para uma parcela significativa do público.



Alunos se reúnem para assistir debate no auditório da PUC-SP

Da pista de dança para os créditos finais

O novo trabalho de Charli XCX se recusa a ficar parado numa única mídia e é mais interessante por isso

Por Emily de Matos

Depois de transformar 2024 num fenômeno cultural com o álbum *Brat*, a cantora britânica Charlotte Emma Aitchison, conhecida como Charli XCX, tinha dois caminhos óbvios pela frente. Repetir a fórmula que a levou ao topo ou fugir dela. Ela escolheu a segunda opção, e *'Music, Fashion, Film'*, seu oitavo álbum de estúdio, lançado em julho de 2026, é o retrato sonoro dessa fuga. Onze faixas, pouco mais de trinta minutos, produzidas ao lado dos parceiros de sempre, A. G. Cook e Finn Keane. O resultado é um disco que troca os sintetizadores explosivos por guitarras distorcidas, e a euforia quase ininterrupta de *'Brat'* por uma tensão mais contida, mais desconfiada de si mesma.

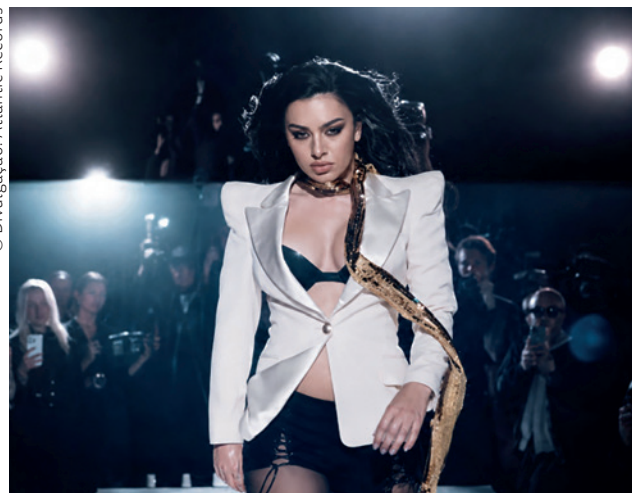
A capa já avisa o tom. Marc Jacobs, John Cale e Martin Scorsese, três nomes que representam cada palavra do título, moda, música e cinema. Charli não aparece na imagem original, um gesto e tanto para uma artista no auge da própria exposição. Emprestar a capa do disco mais pessoal da carreira a três ícones que não são ela, como se a fama, nesse momento, coubesse melhor sendo observada de fora do que ocupada de dentro. É essa ambivalência que sustenta o disco inteiro. *'Rock Music'*, faixa de abertura e primeiro single, dura menos de dois minutos e canta a rotina inspirada e festeira que Charli diz viver ao lado dos amigos, mas a própria canção parece se esgotar antes de terminar, como se a inspiração declarada na letra não resistisse ao teste da própria música. Não é falha de composição. É o tema do álbum entrando pela porta dos fundos. Uma artista que atingiu o topo e, no processo, perdeu um pouco do fôlego criativo que a levou até lá.

O restante do disco confirma essa leitura. A música *'SS26'* lida com uma espécie de desculpa pegajosa pelo próprio estrelato, enquanto *'Wink Wink'* é ao mesmo tempo a faixa mais magnética e a mais irônica do álbum, uma homenagem ao indie sensacionalista francês dos anos 2000 que também expõe como a persona pública é performada e vendida. *'Camera'* retoma as melodias efervescentes que sempre foram a marca registrada de Charli, mas usa esse brilho pop para falar da própria vigilância que a fama impõe. E *'Persona'*, inevitavelmente, vai alimentar as teorias de fãs que já rondam a cantora desde *'Girl, so confusing'*, com versos que soam como um acerto de contas com alguém que a mantém por perto só para efeito de imagem.

A cantora parece consciente de que está fazendo um disco sobre exaustão sem cair no cinismo fácil. *'Magic Metal Montaña'* é uma declaração de gratidão a A. G. Cook, seu colaborador mais próximo, e funciona como contraponto afetivo às faixas mais ácidas. *'I'm Afraid'* expõe as inseguranças em torno do casamento com o baterista George Daniel. Não é um álbum sobre desistir da fama, mas sobre o cansaço de sustentá-la, sobre o que significa ser vista o tempo todo depois de passar a vida inteira querendo isso. É quase irônico que essa reflexão venha logo depois de *Brat*, disco que transformou o verão de 2024 numa festa coletiva e Charli na artista do momento: o excesso de desempenho e de visibilidade que aquele lime verde ajudou a coroar agora aparece como fardo.

E é no encerramento do álbum que o disco atinge seu ponto mais forte: *No 'One Lasts Forever'*. A canção nasceu de uma conversa real entre ela e o diretor David Cronenberg, gravada em Toronto, sobre morte, arte e a possibilidade de deixar algo que sobreviva ao próprio corpo. Na primeira metade, Charli canta sobre a vertigem de estar exatamente onde sempre quis estar, sentada no chão de um apartamento parisiense, mais confiante do que nunca, e ainda assim incapaz de descansar dentro dessa confiança. Ela descreve a oscilação constante entre se sentir a pior pessoa da sala e a melhor, a mesma montanha-russa de ego que qualquer figura pública conhece, mas que raramente é cantada com essa clareza quase clínica.

© Divulgação: Atlantic Records



Charli XCX no clipe de "SS26" (2026)

Mas é na segunda metade que a faixa se transforma em outra coisa. Cronenberg, aos oitenta e três anos, entra com um monólogo falado que soa menos como participação especial e mais como conselho de um mentor. Ele fala sobre como alguns artistas criam obras que sobrevivem milhares de anos, e sobre como isso, por mais fantástico que seja, não muda o fato de que esses artistas já estão mortos, já se foram, e não estão ali para experimentar essa permanência. Vindo de alguém que passou a vida inteira pensando sobre corpo, decadência e finitude, e que viveu de perto o luto pela própria esposa, a frase deixa de soar como platitude de autoajuda e ganha o peso de quem sabe do que está falando.

O último minuto e meio da música é só essa frase se repetindo, *"they are dead, they are gone, no one lasts forever"*, sobreposta em camadas até virar quase um mantra. À primeira escuta, soa estranho, quase desconfortável, um refrão que lembra a uma sentença fúnebre. Mas repetido daquele jeito, vinte vezes seguidas, a frase perde o peso de tragédia e vira outra coisa, um convite ao alívio. Se nada dura, inclusive a pior versão de você que a internet decidiu que você era na semana passada, então talvez a impermanência não seja ameaça nenhuma. É o tipo de encerramento que só funciona porque o álbum inteiro trabalhou para chegar até ali, atravessando ansiedade, fama, desgaste e dúvida antes de pousar numa paz imperfeita, sem respostas fáceis nem redenção barata.

Music, Fashion, Film não tenta repetir o fenômeno de *Brat*, e é exatamente por isso que funciona. Charli XCX usa o disco para questionar o próprio lugar dentro da indústria que ela mesma ajudou a redesenhar, em vez de competir consigo mesma. Poucas artistas conseguem transformar o auge da carreira em ponto de partida para uma linguagem nova, arriscando o desconforto no lugar da repetição segura. E poucos encerramentos de álbum recentes acertam tanto quanto esse, uma canção sobre a morte que, contra toda lógica, termina soando como libertação.

© Divulgação: Atlantic Records. Foto: Aidan Zamiri



Capa de "Music, Fashion, Film" (2026)

“O Convite” faz a escolha corajosa de centralizar o sexo em um filme sobre relacionamentos

O terceiro longa da carreira de diretora de Olivia Wilde se arrisca em um formato pouco utilizado e é aclamado pela crítica

Por Manuela Schenk Scussiato

“O Convite”, o novo filme da produtora A24, estrelado e dirigido por Olivia Wilde, teve seu lançamento mundial em 9 de julho. No filme, Angela (Wilde) e Joe (Seth Rogen), um casal que vive um momento conturbado em seu relacionamento, recebem seus novos vizinhos, Hawk (Edward Norton) e Pina (Penélope Cruz), em seu apartamento para um jantar. Porém um encontro simples rapidamente toma um rumo inesperado quando um convite é feito pelos novos vizinhos.

O longa é uma adaptação da peça de teatro catalã “Los Vecinos de Arriba”, escrita e dirigida por Cesc Gay. O filme de Wilde é a sexta versão deste roteiro nos cinemas. França, Espanha, Itália, Bélgica e Coreia do Sul lançaram suas versões previamente e, mais tarde nesse ano, uma versão luso-brasileira intitulada “O Pecado Mora Em Cima”, estrelada por Miguel Falabella e Marisa Orth, chega às telonas.

Esse é o terceiro trabalho de Wilde como diretora. O sucesso instantâneo de seu debut “Booksmart”, seguido do duramente criticado “Don’t Worry Darling” deixou o público incerto sobre o que esperar do novo projeto da atriz. Mas alguns meses após seu lançamento, é possível dizer com clareza que “O Convite” é mais um acerto em sua carreira. O longa coleciona avaliações positivas nos sites mais famosos de crítica cinematográfica: 96% de aprovação no *Rotten Tomatoes*, nota 7,5/10 no *IMDb*, 82 no *Metacritic* e 4 estrelas no *Letterboxd*.

O ponto forte do filme é seu estilo de comédia que carrega muito da origem teatral do roteiro original de Cesc Gay, onde o humor é encontrado nos momentos de desconforto e tensão, e por trás do riso, uma mensagem valiosa sobre relações humanas reais. Desde o início, com a briga de Angela e Joe em relação ao jantar, até a proposta inesperada de Hawk e Pina, o longa é construído em torno de um relacionamento falido, duas pessoas que se apaixonaram cedo demais e caíram na rotina e agora se encontram desesperadas por qualquer coisa que possa trazer emoção para suas vidas novamente.

O fascínio de Angela por Pina é justamente esse, uma mulher em sua mesma faixa de idade que ainda consegue ter uma vida ativa, romântica e sexualmente. Pina tem um relacionamento de menos de um ano e participa de festas sexuais, enquanto Angela não tem relações com seu próprio marido há mais de

um ano. Angela vê em Pina a vida que ela poderia ter caso tivesse coragem de sair de sua zona de conforto e dar uma chance para novas experiências fora de seu casamento já aos pedaços.

A carga teatral do filme foi ainda mais intensificada devido a uma escolha inusitada da diretora durante as gravações. Wilde decidiu por gravar o filme em ordem cronológica, um tipo de gravação pouco utilizado na indústria, mas que funcionou muito bem para “O Convite”. Na verdade, a diretora revelou que, ao iniciar as gravações, ela já esperava mudar o final do roteiro, o que realmente aconteceu, e a filmagem sequencial ajudou ela e seus colegas a conhecerem melhor seus próprios personagens, assim influenciando no destino de cada um.

A intimidade dos atores entre si e com seus papéis é facilmente percebida ao decorrer do longa. Em entrevista para o *The Big Picture*, Norton e Wilde revelaram que o clímax do filme, quando Hawk revela partes de seu passado para Angela e Joe, foi improvisado pelo ator e uma surpresa para seus três colegas. Norton fez questão de que o primeiro take gravasse a reação de Wilde, Rogen e Cruz para que eles pudessem ter a cena mais próxima da realidade possível.

“O Convite” traz com humor uma mensagem sobre recomeços, é muito comum ouvir por aí que a vida tem que ser construída até os 30 e depois não existe mais espaço para recomeços, mas o medo do novo e do julgamento que vem acompanhado da renovação impede o ser humano de continuar encontrando felicidade em seu dia a dia.

A ambiguidade do final de Angela e Joe torna o filme ainda mais especial, Wilde diz que mesmo entre o elenco não é acordado se o casal termina junto ou separado. “Tive essa discussão com Seth, acho que como ele ainda é casado e eu sou separada, nós dois temos entendimentos diferentes do que aconteceu com eles após o final do filme, e isso é muito especial”, diz Wilde durante o painel de lançamento do filme.

Porém, a parte mais importante do longa com certeza está em trazer o sexo como a pauta central da trama. É muito comum para filmes que tratam de relacionamentos com problemas apenas pelo lado emocional e a falta de diálogo pois o sexo foi, e ainda é, tratado como um tabú. É normalizado que, em relações de longo prazo, a importância da conexão sexual



Poster promocional do filme “O Convite”, dirigido por Olivia Wilde

seja minimizada. Trazer para um filme com atores de meia idade uma trama de festas sexuais, algo visto como jovial e imaturo na sociedade, mostra como é fácil menosprezar a importância do desejo sexual e o impacto que a falta dele pode ter na vida de alguém.

Figuras como Pina e Angela, mulheres mais velhas que ainda apreciam e exploram sua sexualidade, são vistas na sociedade atual como antiquadas e vulgares, quando na verdade, o sexo é intrínseco à natureza humana e não deveria ser alvo de repúdio. O erotismo feminino sempre foi subjugado e é cativante ver histórias como essa serem expostas para o público de maneira tão livre.

O sexo apresentado por Pina e Hawk é o que torna a escolha de centralização dele tão corajosa. Transar para eles é sobre conexão, entender sobre si mesmo e dar espaço para que seus desejos sejam externalizados. É um conceito que Angela e Joe não conhecem, mas que percebem a curiosidade que mesmo reprimida, está presente no instinto do ser humano. O sexo é processo congênito do indivíduo, e o que o novo casal de vizinhos ensina para os personagens e Wilde e Rogen e para o público é que a importância dele para o bem-estar tanto de um relacionamento quanto pessoal não deve ser subestimada.

Perigoso de bom

Por Artur Maciel

“QUALQUER JORNALISTA que não seja demasiado obtuso ou cheio de si para perceber o que está acontecendo sabe que o que ele faz é moralmente indefensável”, diz Janet Malcolm em *O jornalista e o assassino*. Mas, normalmente, quem começa no jornalismo não conhece essa frase, nem Janet Malcolm. Quem inicia no jornalismo tem duas preocupações: ser bom e ser conhecido.

Havia uma época em que eu abusava do anonimato ao ver uma pequena palestra de Natalia Timerman e Aline Bei. A conversa acontecia num domingo, na biblioteca da casa de cultura do parque. Um papo cheio de frases bonitas, como “o momento da escrita e da leitura é um momento de solidão” ou “o tédio choca os ovos da experiência”.

Eu, como leitor, me diverti com detalhes da escrita que as escritoras contaram. Personagens que se desenvolvem “sozinhos”, ideias cortadas, dilemas editoriais, dificuldade na publicação. Ao final, em uma troca com os leitores, Natalia Timerman, ao contrário do recomendado pela editora, cita em voz alta o início do seu livro, que não havia sido nem anunciado.

E eu, como jornalista, gravei cada uma daquelas palavras. Ter algo precioso e proibido na mão é perigoso de bom. É uma adrenalina comparável a um beijo na boca. Sentir o coração acelerado, a mente a milhão. Uma boa pauta. Uma riqueza em algumas palavras.

Antes de Natalia terminar de falar, eu já estava em busca de contatos de editores. Ter aquilo como um: “ahá! Eu sabia que poderia publicar algo bom” e ter a certeza de que meu trabalho tem algum valor nesse mundo da imprensa. Um professor me respondeu, me mandou o contato e avisou que seria melhor esperar até amanhã para incomodar a editora. Aproveitou a chance e me perguntou qual era a pauta preciosa. Lhe contei a situação e ele me recomendou não publicar a matéria.

Eu estava demasiado obtuso para entender o motivo, então fui falar com a Natalia. Na curta interação, falei sobre ser jornalista. Ela me implorou para não publicar o trecho de seu livro. Aquilo iria queimá-la e sua recém-entrada na *Companhia das Letras*. Minha pauta é a prova de uma quebra de contrato, um fuzuê para ela e para a editora.

O dilema se estendeu até entender que, se eu publicasse aquilo, iria me queimar com ela. Adeus palestras, adeus entrevistas. E, além de tudo, Natalia é minha vizinha. O incômodo se estenderia ao cotidiano, na padaria, no bar, no ponto de ônibus. Um pesadelo.

Decidi não publicar. Me frustrei com a ideia de desperdiçar a chance que dei a sorte de conseguir. Pensei em frases clichês falando de um esforço para nada; elas que elevam a moral na autoindulgência, mas não comprovam nada.

Muito tempo depois, vi Natalia Timerman novamente. Ela mediava um clube do livro e estava debatendo sobre dois livros. Quando o clube do livro acaba, eu converso com ela e peço desculpas pela situação passada. Para minha surpresa, ela me agradece por não ter publicado “o furo”. Eu fiquei surpreso, já imaginando ela amargada, brava por causa disso. Mas não, vi uma pessoa calma, sóbria.

Ainda no encontro literário, conheci uma moça que se introduziu como “ex-jornalista”. Combinamos de almoçar juntos; entre uma garfada e a outra, perguntei o porquê de ela ter largado a profissão. Num ar de verdade universal, ela me respondeu: “Ai, é que o jornalismo pede muito da gente, né?”



As tentações de santo Antão,
C. 1500. Obra de Hieronymus
Bosch, foto de João Musa.

**A PUC-SP
é terra
indígena**

